



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
Curso de Licenciatura em Pedagogia**

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA
AMAZÔNIA**

JANAINA FARIAS GRAÇA

**Manaus
2020**

JANAINA FARIAS GRAÇA

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA
AMAZÔNIA**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas como requisito parcial e obrigatório para obtenção de Título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª.Ma. Maria Edeluza Pinto de Moura.

**Manaus
2020**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

F224p Graça, Janaina Farias'
O Processo de construção da formação de professores em uma unidade na Amazônia : O Processo de construção da formação de professores em uma unidade na Amazônia / Janaina Farias' Graça. Manaus : [s.n], 2020.
62 f.: il., color.; 3 cm.

TCC - Licenciatura em Pedagogia - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.
Inclui bibliografia
Orientador: Moura, Maria Edeluza Pinto

1. Formação de professores. 2. Educação do Campo. 3. Sustentabilidade. I. Moura, Maria Edeluza Pinto (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. O Processo de construção da formação de professores em uma unidade na Amazônia

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

ATA DE AVALIAÇÃO FINAL DE MONOGRAFIA

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do (a) aluno (a) JANAINA FARIAS GRAÇA intitulado: **O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA**

e apresentado à banca constituída por: Prof(a). Ma. Edeluza Pinto de Moura (**Orientador(a)**), Prof(a). D.ra Lucinete Gadelha da Costa (**Avaliador 1**), Prof(a). Ma. Vanderlete Pereira da Silva (**Avaliador 2**), reunidos na Sala remota via Google Meet, (meet.google.com/hyo-oaod-gby) no dia 02/12/2020, às 19 h, para avaliar o Trabalho em pauta, que, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regulamento de TCC desta Universidade, apresentou os seguintes resultados: na avaliação do **TRABALHO ESCRITO/TCC** a nota do Orientador foi **10** a nota do Avaliador 1 foi **10**, a nota do Avaliador 2 foi **10**. **A Nota da Média da Banca Avaliadora, decorrente do trabalho escrito foi 10.** Na avaliação da **APRESENTAÇÃO ORAL/DEFESA DA MONOGRAFIA** a nota do Orientador foi **10**, a nota do Avaliador 1 foi **10**, a nota do Avaliador 2 foi **10**. **A Nota da Média da Banca Avaliadora, decorrente da Apresentação Oral foi 10.**

Assim, este processo apresentou os seguintes resultados:

Nota da média da Banca Avaliadora, decorrente do trabalho escrito: 10

Nota da média da Banca Avaliadora, decorrente da apresentação oral: 10

Resultando na NOTA FINAL: 10

Manaus, 02 de Dezembro de 2020.

Assinatura da Comissão de Avaliação

**Professor(a)
Orientador(a)**

**Professor(a)
Membro da Banca**

**Professor(a)
Membro da Banca**



Dedico este trabalho a todos os professores, profissionais na área da educação, que com esmero e amor, acreditam e constroem diariamente caminhos que concretizam a valorização da educação em áreas remotas e de difícil acesso, garantindo o direito à educação aos sujeitos do campo amazônico. Dedico a todos os discentes da primeira turma de Pedagogia na RDS em Carauari, sujeitos que buscam através do estudo mudar a própria realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que fortaleceu, a cada dificuldade, os sentimentos de perseverança permitindo-me superar as dificuldades ao longo da elaboração deste trabalho.

A minha mãe, Rosa Farias, me ensinou a perceber o próximo, ver e viver a vida de modo simples, enxergando o outro de forma altruísta. Agradeço por acreditar no meu potencial e ter sempre palavras de incentivo, doçura e amor.

A esta Universidade a disponibilidade do curso de licenciatura em Pedagogia, proporcionando o meu ingresso e permanência até sua finalização.

Agradeço também a aceitação do papel de orientadora por parte da Prof. Ma. Maria Edeluza, que apoiou, foi paciente, incentivou e se tornou uma amiga no decorrer da elaboração deste trabalho.

À Professora D.ra Lucinete Gadelha, pela disponibilidade, pois sua vasta experiência em Educação do Campo contribuiu para a elaboração e fundamentação deste trabalho.

A todos aqueles que foram meus professores durante esse processo de formação docente, em especial às minhas queridas professoras de estágio II e III, Ma. Cristina de Araújo e D.ra Meire Botelho, que com muita dedicação desempenharam seus respectivos papéis de incentivadoras, contribuindo positivamente para o meu processo de formação.

Agradeço imensamente a ajuda, ombro amigo e incentivo por parte dos colegas de curso em especial a Ylaini Ribeiro, Maria da Conceição, Flávia Bueno, Maria Olivia, Janaina Ibrahim e Caio Campos, que ao longo de todos os momentos compartilhados, seja em sala de aula, seja nas situações da vida, se demonstraram leais, verdadeiros e moralmente éticos.

E por fim, um agradecimento especial ao meu marido, Angelo Bonetta, que com dedicação e cuidado deu apoio e tomou cura do nosso primogênito Valentim, que ainda em gestação no início da elaboração desta monografia, após seu nascimento, tem sido o meu fiel companheiro, fortalecendo a cada dia a minha vontade de continuar batalhando em busca da realização dos meus sonhos e crescimento profissional.

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado.”

Paulo Freire

RESUMO

A realidade educacional brasileira no campo da formação docente pode ser percebida de várias maneiras, pois dependendo de cada região em que é desenvolvida, há uma dinâmica e singularidades inerentes, que podem ser interpretadas através de inúmeros olhares, quando leva-se em consideração seus sujeitos, particularidades regionais, modalidades de ensino e as próprias dinâmicas adotadas pelas instituições para o desenvolvimento da formação. Na região Amazônica, as singularidades e a complexidade educacional no contexto rural tornam as dinâmicas de formação ainda mais particulares, principalmente quando levamos em consideração a formação de professores em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável situada em uma Área de Conservação localizada a muitos quilômetros de distância da Capital do Estado, onde o acesso é feito somente através das águas dos rios que banham essa região. Dessa forma o estudo aqui delimitado “O processo de construção da formação de professores em uma unidade de conservação na Amazônia”, que traz como objetivo: Compreender o trajeto e a contribuição do curso de Pedagogia do Campo para o desenvolvimento sustentável de uma Unidade de Conservação na possibilidade de produção curricular nele presente, busca relatar a trajetória percorrida na construção do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo, desenvolvido pela Universidade do Estado do Amazonas, pensado para uma Unidade de Conservação Sustentável em um município do interior do Estado. No decorrer desta pesquisa, fez-se necessária a compreensão da ideia de Unidade de conservação e da relação da tríade educação, ambiente e sustentabilidade, trazendo a luz dos fatos, as particularidades de regiões remotas, porém habitadas por povos e comunidades tradicionais, evidenciando a necessidade da formação de Professores com a perspectiva da Educação do Campo, que para nós o campo está diretamente relacionado com as águas e florestas, contribuindo assim para o processo de desenvolvimento sustentável da Reserva.

Palavras-chave: Formação de professores, Educação do Campo, Sustentabilidade.

ABSTRACT

The Brazilian educational reality in the field of teaching can be perceived in several ways, because depending on each region where it is developed, there is an inherent dynamic and singularities, which can be interpreted through countless looks, when one takes into consideration its subjects, regional particularities, teaching modalities and the very dynamics adopted by the institutions for the development of the formation. In the Amazon region, the singularities and educational complexity in the rural context make the dynamics of formation even more particular, especially when we take into consideration the formation of teachers in a Sustainable Development Reserve located in a Conservation Area many kilometers away from the Capital of the State, where access is made only through the waters of the rivers that bathe this region. Thus, the study outlined here "The process of construction in the training of teachers in a conservation unit in the Amazon", seeks to report on the trajectory traveled in the construction of the degree course in Field Pedagogy, developed by the University of the State of Amazonas, designed for a Sustainable Conservation Unit in a municipality in the interior of the state. During this research, it was necessary to understand the term Conservation Unit, its underlying and the relationship of the triad education, environment and sustainability, bringing the light of facts, the particularities of remote regions, but inhabited by traditional peoples and communities, highlighting the need for the training of teachers with the perspective of Field Education, that for us the field is directly related to the waters and forests, thus contributing to the process of sustainable development of the Reserve.

Keywords: Teacher Training, Field Education, Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Carauari e sua distância em relação à Manaus..	26
Figura 2 - Localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari – AM.	27
Figura 3 - Matriz Curricular Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo Escola Normal Superior (ENS)	49
Figura 4 - Edital Cronograma Processo de Professores nº63/2019-GR/UEA.	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE ALGUMAS APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS	13
1.2 – Sustentabilidade e a ideia de áreas protegidas	17
CAPÍTULO II - CAMINHAR DA PESQUISA	23
2.1- A pesquisa qualitativa	24
2.2- Conhecendo a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari - Município de Carauari	25
2.3 - O trajeto e construção da proposta do Curso de Pedagogia do Campo/UEA29	
2.3.1 - A UEA as experiências com a Educação do Campo	29
A) A experiência com o PRONERA	29
B) Curso de Pedagogia do Campo no GEPEC	30
C) O curso de Pedagogia do Campo em Carauari	31
CAPÍTULO III – A PEDAGOGIA DO CAMPO NO CONTEXTO AMAZÔNICO E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA RDS	34
3.1 – Fundamentos e bases da Educação do Campo e sua relação com o curso de Pedagogia do Campo/Carauari/UEA	34
3.2 - O curso de Pedagogia do Campo/Carauari e sua contribuição no desenvolvimento sustentável da RDS.	44
CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

A escolha do tema: “O processo de construção na formação de professores em uma unidade de conservação na Amazônia” partiu inicialmente de discussões, sobre a formação de professores para atuação nos anos iniciais do contexto rural Amazônico, iniciadas no grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores para a Educação em Ciências na Amazônia-GEPEC, e associadamente ao trabalho de iniciação científica desenvolvido em 2018 sob o título “EDUCAÇÃO, AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO”, onde, a partir de pesquisa bibliográfica foi possível conhecer os conceitos de ambiente, sustentabilidade e áreas de conservação, além de compreender a importância dessa tríade na construção curricular em um curso superior que contemplasse a formação de professores, até o 5º ano do ensino fundamental, em áreas de conservação no contexto amazônico.

No campo da educação inúmeros são os trabalhos que trazem a questão ambiental para a reflexão. Assuntos como a formação de professores, práticas metodológicas, epistemologia, dentre outros relacionados à região Amazônica, têm sua complexidade aumentada, pois sendo a Amazônia e dentro dela o Estado do Amazonas, considerados espaços com uma diversidade também complexa, requer um grande esforço para compreensão de algumas singularidades sem fugir ou distanciar da pluralidade inerente às suas constituições.

Então, a ideia inicial foi aprofundar o estudo de forma bibliográfica, qualitativa, levando em consideração aspectos relacionados à compreensão da relação educação, ambiente e sustentabilidade e sua implicação na gestão sustentável em áreas de conservação, tendo como objeto a proposta do curso de Pedagogia do Campo/UEA na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari - Município de Carauari. Demanda que estava sendo discutida no grupo de pesquisa por intermédio de encaminhamento do colegiado do curso de pedagogia regular da Escola Normal Superior da UEA para atender solicitação das comunidades da RDS.

Diante dessa realidade, a pesquisa trouxe como objetivo geral: Compreender o trajeto e a contribuição do curso de Pedagogia do Campo para o desenvolvimento

sustentável de uma Unidade de Conservação na possibilidade de produção curricular nele presente.

Para alcançar o objetivo geral, procurou-se traçar os seguintes objetivos específicos: a) Identificar os fundamentos teóricos de ambiente e sustentabilidade e sua relação com a educação em áreas protegidas; b) Descrever o processo de construção do curso de Pedagogia do Campo/UEA em uma Unidade de Conservação; c) Analisar como a formação de professores na perspectiva da Educação do Campo pode contribuir como possibilidade de desenvolvimento ambiental sustentável da reserva através de sua construção curricular.

Metodologicamente, a pesquisa foi sendo construída a partir da perspectiva qualitativa que permitiu aproveitar, no caminho metodológico, a experiência com esta temática em minha trajetória de formação.

No primeiro capítulo abordaremos algumas aproximações conceituais dos fundamentos teóricos de ambiente e sustentabilidade, visto que ao longo da evolução do ser humano o conceito de ambiente passa por alterações de acordo com a evolução das tecnologias e ferramentas que permitem ao homem moderno a exploração dos recursos naturais finitos de forma irreparável.

Diante disso, neste capítulo também será abordada a questão das áreas protegidas, desde sua ideia inicial a partir do pensamento norte-americano de preservação da natureza como espaço apenas para contemplação, até a criação, no Brasil, do Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC que tem como objetivo catalogar e proteger as áreas que precisam de maiores cuidados a partir de suas particularidades e aquelas que podem ter interação harmoniosa do homem com a natureza de forma sustentável e ao mesmo tempo de conservação, modalidade essa na qual está inserida a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari no Município de Carauari, local onde o curso de Pedagogia do Campo, em análise, faz parte do estudo desta pesquisa.

No Segundo Capítulo abordaremos os procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa, no intuito de compreender as dinâmicas da elaboração da proposta curricular do curso de Pedagogia do Campo ofertado pela Universidade do Estado do Amazonas em uma RDS onde várias comunidades e sujeitos se encontram na construção curricular do curso.

Assim, para o levantamento de dados da pesquisa, utilizamos leituras, fichamentos de obras, artigos e textos, bem como do Projeto Pedagógico do curso. Também utilizamos de entrevista semi-estruturada com a Coordenação do curso, que com seu vasto conhecimento e experiência em relação à Educação do Campo, não somente no Campo da realidade Amazônica, enriqueceu esta pesquisa quanto ao entendimento de sujeito do Campo Amazônico.

Dando continuidade, no Segundo capítulo, traremos algumas informações geográficas em relação a Reserva, onde o curso de Pedagogia do Campo está sendo realizado, além de iniciarmos a discussão sobre a educação no contexto Amazônico e abordarmos a trajetória de construção do curso a partir das experiências da Universidade do Estado do Amazonas- UEA com a temática da Educação do Campo, com currículos diferenciados, que legitima o atendimento à demanda específica das comunidades desta Reserva.

E para finalizar, no terceiro e último capítulo traremos os resultados em relação à análise no Projeto Político Pedagógico do Curso; as Diretrizes e Bases utilizadas para a elaboração da proposta e sua matriz curricular, disciplinas, eixos temáticos, estágio; processo de seleção de professores e ingresso dos discentes. Por fim, também mencionaremos ao longo de todo o trabalho, trechos da entrevista com a Coordenadora do curso (que terá sua identidade preservada utilizando-se apenas esse pseudônimo) com o intuito de fazer com que haja uma aproximação dos documentos analisados com a realidade dos fatos no decorrer da elaboração, construção e desenvolvendo do curso. Dessa forma, contribuindo para a compreensão da formação docente dos sujeitos do/no campo amazônico e a possibilidade da produção curricular contribuir para o desenvolvimento ambiental da reserva.

CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE ALGUMAS APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

Desde o início das civilizações, o ser humano procura outros semelhantes para conviver. Inicialmente em clãs nômades¹ que, segundo a cronografia proposta por Dias², a partir de 40.000 a.C, com a proliferação de ferramentas para a caça, cozinha e outras tarefas, fez com que os indivíduos passassem a conviver em grupos maiores, evoluindo assim para comunidades sedentárias³. Alguns disputavam entre si o poder de comandar, criando-se regras, rituais de passagem, costumes locais, ou seja, as primeiras manifestações culturais.

Nesse momento inicial da história da humanidade a reflexão sobre o modo como o homem primitivo interage com o ambiente parece não causar tanto impacto para as gerações futuras, visto que as alterações provocadas aconteciam em uma escala que permitia a manutenção e recuperação dos recursos naturais explorados, pois o objetivo inicial era somente o da sobrevivência em uma relação proximal entre homem e ambiente.

Com o passar dos anos e da evolução dos acontecimentos essa ideia de interação proximal com o ambiente mudou. Antes, era reduzido somente à ideia de exploração do meio para sobrevivência, passando a entrar em um novo ciclo, o de processo de produção material. Enquanto aumentavam os números de processos de produção material, os homens passaram a se organizar, atuando na tendência de aumentar o poder de dominação sobre a natureza, manifestando novamente mudança no comportamento cultural com seu ambiente.

¹ Nômades - O nomadismo consiste em uma prática onde um homem ou grupos humanos vagueiam por diferentes territórios. Nesse processo de locomoção pelo espaço, essas comunidades utilizam-se dos recursos oferecidos pela natureza até esses se esgotarem. Com o fim desses recursos, esses grupos se deslocam até encontrarem outra região que ofereça as condições necessárias para a sobrevivência. SOUSA, Rainer Gonçalves. **Nomadismo**; Brasil Escola.

² DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental Princípios e práticas**. 8ª edição, Ed. Gaia Ltda SP, 2003 .

³ Comunidades Sedentárias- sedentarização é um termo aplicado à transição cultural da colonização nômade para o permanente. Na transição para o sedentarismo, as populações semi-nômades possuíam um acampamento fixo para a parte sedentária do ano. O sedentarismo se tornou possível com novas técnicas agrícolas e pecuárias. O desenvolvimento do sedentarismo aumentou a agregação populacional e levou à formação de vilas, cidades e outras formas de comunidades. INFOPÉDIA, dicionário porto editora.

Atualmente, inúmeros são os textos e as interpretações sobre o conceito de ambiente. O dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (Ferreira, 2010) dá, ao vocábulo, a seguinte definição: Ambiente é tudo que rodeia ou envolve por todos os lados e constitui o meio em que se vive.

Para Dias (2003) o significado de ambiente passou a ser definido como formado pela soma dos aspectos bióticos, abióticos e a cultura do ser humano (sua tecnologia, artefatos, construção, arte, ciência, religião, valores estéticos e morais, ética, política, economia etc.).

Diante desse entendimento podemos dizer que no passar dos séculos, nos diferentes períodos históricos e modos de produção, ocorreu um crescente distanciamento do homem com a natureza, alterando assim o seu entendimento de ambiente para uma nova definição na qual o sujeito interage com o meio não somente para a sobrevivência, mas com o interesse em adquirir bens de consumo, numa espécie de círculo vicioso que leva ao interesse de dominação presentes no modo de produção capitalista na era moderna.

E para compreender a relação de poder que o homem adquiriu sobre a natureza através de sua interação desequilibrada, Medina (1996 p.36) explica que [...] a maneira de interação Homem-Natureza reflete, portanto, o grau de evolução e a aplicação do conhecimento, ou seja, quanto maior o grau de desenvolvimento tecnológico maior o poder de uma sociedade, para explorar os recursos naturais.

No decorrer dessa evolução complexa e das mudanças culturais de modo global, há um marco crítico que causa preocupação às sociedades presentes e futuras. O marco inicial dessa evolução ocorreu a partir da padronização de um “sonho americano” que ganhou grandes repercussões após a segunda guerra mundial (1945), pois a padronização da felicidade vendida pela mídia, como um pacote pronto, que não leva em consideração os aspectos diversificados dos países mundiais, também não compreende as dimensões catastróficas causadas à Natureza.

Um exemplo desse sonho ocidental vendido mundialmente é a acelerada necessidade de aquisição de bens de consumo a qualquer custo. Dessa forma a indústria permaneceu aquecida nesse pensamento, gerando mais bens de consumo, explorando a natureza de forma desenfreada a fim de garantir a manutenção da vida urbana, além de refletir esse pensamento no próprio estilo de educação adotado para a sociedade. E de acordo com Hall (1997, p.1):

É, de fato, difícil negar que o crescimento das gigantes transnacionais das comunicações, tais como a CNN, a Time Warner e a News International tende a favorecer a transmissão para o mundo de um conjunto de produtos culturais estandardizados utilizando tecnologias ocidentais padronizadas, apagando as particularidades e diferenças locais e produzindo, em seu lugar, uma “cultura mundial” homogeneizada, ocidentalizada. Entretanto, todos sabemos que as consequências desta revolução cultural global não são nem tão uniformes nem tão fáceis de ser previstas da forma como sugerem os “homogeneizadores” mais extremados.

Com isso, a velocidade da divulgação desse sonho ocidental norte americano, a bordo do processo multidimensional da globalização, a preocupação e crítica maior é justamente a capacidade de resiliência da terra e à viabilidade biológica da espécie humana, pois a partir de então, com a lógica do consumo, um número crescente de indivíduos passam a ocupar o mesmo nicho, ou seja, cada vez mais pessoas adotam os mesmos padrões de consumo em todo o mundo, exercendo pressões crescentes sobre recursos finitos ou cuja velocidade de regeneração não está sendo observada.

Esse processo não poderia continuar sem que graves consequências começassem a eclodir, em maior ou menor grau, em todas as partes do planeta terra onde os seres humanos habitam. Além da crescente perda da diversidade cultural, como efeito colateral da globalização que tende a padronizar um ideal de homem.

Diante às problemáticas que surgiram e continuam surgindo em virtude da implantação do modo de produção capitalista, a humanidade enfrenta nos dias atuais inúmeros obstáculos quando se pensa no desenvolvimento de sociedades num contexto a nível global, levando a problematização do padrão de consumo estabelecido.

Nesse contexto, a relação homem e ambiente é problematizada desde séculos passados até a atualidade, evidenciando o distanciamento de tal relação que vem ocorrendo diante do avanço do pensar comum, padronizado, imposto cada vez mais pela lógica do desenvolvimento a qualquer custo. A grande questão é até que ponto devemos permitir essa padronização? Visto que não leva em consideração os aspectos ambientais locais e culturais de inúmeros contextos como é o caso da região amazônica.

Dias (2003), aponta que o estilo de vida adotado pelo homem contemporâneo já se apresenta insustentável e que o futuro do homem no planeta Terra mostra-se nebuloso, fazendo-se necessário resgatar e criar outros valores, que estejam sintonizados com uma outra ética global.

Assim, concordando com Enrique Leff (2004), que afirma que *“saber sobre o ambiente não é a realidade visível da poluição, mas o conceito de complexidade emergente onde se reencontram o pensamento e o mundo, a sociedade e a natureza, a biologia e a tecnologia, a vida e a linguagem”*, entra em cena, o pensar sustentável, na preocupação de que as futuras gerações tenham a possibilidade de relacionar-se um pouco mais proximal e harmoniosamente com o ambiente, pois ainda de acordo com o autor o *“princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade”*.

Trazendo uma data marco para a ideia de outro modo de desenvolvimento, considerado como sustentável Gadotti (2009, p.57) afirma que,

O conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1979, indicando que o desenvolvimento poderia ser um processo integral que inclui dimensões culturais, éticas, políticas, sociais, ambientais, e não só econômicas. Nele aparece a definição: “sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades”.

Para Leonardo Boff (2015), a sustentabilidade é a ação que procura devolver o equilíbrio da terra e aos ecossistemas para que a Casa Comum possa continuar habitável e para que possamos salvar a vida humana e nossa civilização.

Ignacy Sachs (2004, p.35) traz um novo conceito de desenvolvimento sustentável agregando a ele uma possibilidade includente [...] “o desenvolvimento pretende habilitar cada ser humano a manifestar potencialidades, talentos e imaginação, na procura de auto realização e da felicidade, mediante empreendimentos individuais e coletivos, numa combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo dedicado a atividades não produtivas”.

Diante de todas essas afirmações, sobre a questão da ideia de sustentabilidade e a sua relação com a retomada da relação homem e ambiente, emerge o momento de falar sobre o terceiro ponto pautado neste capítulo: As áreas protegidas.

1.2 – Sustentabilidade e a ideia de áreas protegidas

Sobre o que são áreas protegidas, é necessário conhecer o ponto de partida que desencadeou essa ideia que ao longo dos anos foi ganhando força e disseminou-se por todos os locais do mundo, chegando ao Brasil e à região Amazônica.

A história por trás da criação das áreas protegidas foi iniciada em 1872 nos Estados Unidos, com o parque Nacional de Yellowstone, que de acordo com Diegues (2001), esses grandes espaços naturais foram criados num contexto de valorização e manutenção, entendidos como “ilhas” de grande valor cênico, onde o ser humano pudesse contemplar a natureza em busca de fruição espiritual, para a recuperação, diante do ritmo acelerado da produção industrial.

É possível fazer uma analogia sobre a criação desses espaços, nesse primeiro momento, com o desejo do homem em reproduzir o mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo que foi expulso do Éden⁴.

Após a segunda guerra mundial (1945) com o evento da revolução dos transportes, da indústria e da informação, as relações entre o homem e o ambiente, sofreram alterações ainda mais profundas, dentro de um espaço de tempo histórico muito curto, aumentando a preocupação e especulações sobre o futuro em relação aos recursos finitos utilizados para fomentar o modo de produção capitalista, então instaurado.

A velocidade desses acontecimentos em concomitância com o processo da globalização produziu e precipitou uma das mais graves preocupações para os cientistas da área ecológico-ambiental, referente à capacidade de suporte da terra e à viabilidade biológica da espécie humana, ou seja, cada vez mais pessoas adotam os mesmos padrões de consumo, em todo o mundo, exercendo pressões crescentes sobre uma mesma categoria de recursos finitos cuja velocidade de regeneração não está sendo observada.

Logo, a ideia norte americana de proteger áreas específicas começou a avançar invadindo os países de terceiro mundo, como foi o caso do Brasil, onde a situação ecológica, social e cultural é bem distinta, uma vez que, apesar da

⁴ ÉDEN faz referência ao “Jardim do Éden” - é o local, segundo a bíblia cristã, onde Adão e Eva, os primeiros seres humanos, viveram até serem expulsos por Deus. Também chamado de Paraíso, é o “jardim de Deus” descrito no Livro do Gênesis e no Livro de Ezequiel.

predominância de florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais com outras culturas, mitos próprios e de relações com o mundo natural, distintos das existentes nas sociedades urbano-industriais. Sem falar que o patrimônio biológico brasileiro é um dos mais importantes e significativos do mundo, pois, segundo o Ministério do meio ambiente (2020), a variedade de biomas reflete a enorme riqueza da flora e da fauna brasileira: o Brasil abriga a maior biodiversidade do planeta. Logo, não seria possível somente copiar a ideia norte americana como a do parque de Yellowstone, apenas de admirar a natureza como ação reprodutora para sanar o stress da vida urbano-industrial, ignorando as realidades locais.

Surgem então duas idéias distintas que embasam o pensamento ambiental para a proteção dessas áreas: preservação e conservação.

Entende-se que a idéia de preservação surge num contexto somente de valorização cênica de grandes espaços naturais, enquanto a ideia de conservação, surge na intenção de conservar o meio ambiente e toda a sua biodiversidade, permitindo assim que o homem se relacione com os recursos do ambiente de maneira interativa, responsável e consciente, como percebemos em nossa região, não sendo apenas de admiração.

As primeiras unidades de conservação brasileiras foram criadas a partir da idéia da proteção de monumentos públicos naturais ou da proteção de territórios de singular beleza. Esse conceito evoluiu do enfoque estético, recreativo e biológico, dando atenção especial ao terceiro enfoque, pela busca em proteger a biodiversidade.

No Brasil, houve um grande impulso na criação de unidades de conservação nas décadas de 1970 e 1980, pois a partir de 1970, sob o regime militar, foi instituído o Plano de Integração Nacional - PIN, que tinha como objetivo a ocupação de terras por meio de projetos de colonização, houve então uma movimentação muito grande de pessoas de várias regiões do país para ocuparem terras amazônicas.

Com o slogan “Integrar para não Entregar” ocorreu à implantação de estradas como a Transamazônica, que ligavam o Sul ao Norte do país, na tentativa de aumentar o desenvolvimento amazônico, além de aumentar também a quantidade populacional através da migração e colonização dessa região. Para o desenvolvimento da obra, o governo conduziu para a região aproximadamente quatro mil homens (entre 1970 e

1973), isso com o intuito de abrir estradas e estabelecer a comunicação entre as cidades.⁵ De acordo com Becker in Coy, Martin e Kohlhepp (2005 p.38),

As bases legais foram estipuladas no sentido de estabelecer corredores de 200 quilômetros de extensão para colonização estatal. De acordo com o modelo do INCRA, para a operação de assentamento em grande escala, principalmente de trabalhadores rurais e arrendatários do Nordeste, foi fixada uma faixa de 10 quilômetros de extensão de ambos os lados das estradas através da Amazônia, com vistas ao estabelecimento de pequenas propriedades de 100 hectares cada, num sistema de rotação de terras com apenas 50% de devastação – o restante era organizado em unidades de três mil hectares.

De acordo com Serva (2014), em notícia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, não houve preocupação partida do Governo em assegurar os direitos dos povos que já viviam nessas regiões. Dentre esses povos, os que mais sofreram as consequências foram os indígenas, pois viam as máquinas destruírem a floresta e as obras atraindo novos moradores, e diante de sua resistência o exército respondia com violência dizimando um número incontável de pessoas.

Após tantos embates e mortes, em 1988, com a promulgação da nova constituição federal, tem-se, em seu Capítulo VI, que é destinado ao meio ambiente, o artigo 225 que enfatiza: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para presentes e futuras gerações”, especificamente os incisos I, II, III e VII determinam ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade...”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Artigo 225. Capítulo VI, Do Meio Ambiente, 1988).

Em 2000, a partir da promulgação da Lei 9.985/2000 foi criado o Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC que tem como objetivo catalogar e

⁵A **Transamazônica**, ou Rodovia Transamazônica (BR-230), foi construída no decorrer do governo de Emílio Garrastazu Médici, entre os anos de 1969 e 1974. Uma obra de grande proporção que ficou conhecida como uma “obra faraônica”. Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/transamazonica.htm>

proteger as áreas que precisam de maiores cuidados a partir de suas particularidades e aquelas que podem ter interação harmoniosa do homem com a natureza de forma sustentável e ao mesmo tempo de conservação. De acordo com Genebaldo Dias (2003 p.94):

As questões ambientais vieram suscitar nas sociedades, em consequência do metabolismo de suas atividades econômicas sobre os sistemas naturais, a avaliação das atitudes e mudanças de paradigmas usos infinito dos recursos; ambiente associal para o nosso paradigma do "desenvolvimento sustentável". Trás a importância da educação ambiental com importante e fundamental papel de promover e estimular a aderência das pessoas e da sociedade, como um todo, a esse novo paradigma.

De acordo com a Lei 9.985/2000 o SNUC é administrado pelos governos Federal, Estadual e Municipal, potencializando as Unidades de Conservação - USC's, garantindo planejamento e administração significativa em relação a essa interação homem e natureza de forma harmoniosa sem agredir o meio ambiente.

O SNUC divide as áreas protegidas em dois grupos. O primeiro diz respeito às **Unidades de Proteção Integral** que abrange: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio da Vida Silvestre. O segundo, **Unidades de uso Sustentável**: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; **Reserva de Desenvolvimento Sustentável**; Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Daremos destaque ao segundo grupo, haja vista esse trabalho tratar de uma área protegida com a categoria de uso sustentável, ou seja, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS.

De acordo com a Lei 9.985/2000 em seu Art.20, RDS é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

No que se refere à educação em unidades de conservação, o SNUC deixa claro em seu Art. 3º inciso X, ter como objetivo proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica estudos e monitoramento ambiental, além de no inciso XII- favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. E ainda em seus objetivos, aponta que [...] as comunidades busquem o apoio e a cooperação de organizações

não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, Práticas de educação ambiental [...]. Para Sachs (2004, p. 61),

[...] a enorme diversidade das configurações socioeconômicas e culturais, bem como das dotações de recursos que prevalecem em diferentes micro e mesorregiões, excluem a aplicação generalizada de estratégias uniformes de desenvolvimento. Para serem eficazes, estas estratégias devem dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superar os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e liberar as energias sociais e a imaginação. Para tanto, deve-se garantir a participação de todos os atores envolvidos (trabalhadores, empregador, o Estado e a sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento.

Então, quando pensamos na educação desenvolvida no complexo contexto Amazônico, buscamos, inicialmente, fazer um link entre os possíveis conceitos de sustentabilidade e áreas protegidas, e assim, fundamentar concordando com o autor, quando idealizamos que a educação desenvolvida em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável precisa de estratégias que respondam aos problemas da comunidade, ou seja, pautadas em propostas sólidas, que saiam do imaginário e levem em consideração os aspectos culturais da localidade em que for desenvolvida, dando assim a possibilidade de resultados positivos diante ao processo, que dessa forma será contextualizado e inserido na tríade educação, ambiente e sustentabilidade, sem a pretensão de uma padronização de homem.

Com isso, de acordo com Diegues (2001, p.80),

A existência de diversas formas históricas de uso dos recursos naturais e da própria natureza, sobretudo nos países de terceiro Mundo, exige uma análise mais detalhada das relações dessas diversas sociedades com a natureza [...] a maioria das áreas de florestas tropicais e outros ecossistemas ainda não destruídos pela invasão capitalista é, em grande parte, habitada por tipos de sociedades diferentes das industrializadas, isto é, por sociedades de extrativistas, ribeirinhos, grupos e povos indígenas. [...] sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose, e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente nas sociedades capitalistas.

Então, quando trazemos à discussão a ideia de um ensino diferenciado para as áreas de conservação, temos como intenção justamente problematizar essa cadeia de padronização imposta pela lógica presente no modelo governamental implantado, modelo esse que violenta grupos menores, que possuem outro ritmo de vida, outras

crenças culturais entre outros diversos aspectos e de acordo com Paulo Freire (1980 p.39):

É preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue.

Com isso, em um momento de desvalorização da função docente, onde o professor é pensado como um executor de planos pré-montados, elaborados por quem não conhece as dinâmicas locais e que muitas vezes é visto como inimigo do Estado por vislumbrar uma educação digna e de qualidade e se envolver em movimentos que lutam por essas causas, cabe um novo marco de criatividade que leve em consideração o cotidiano e as realidades locais, que vê o trabalho docente como um trabalho autoral.

Os princípios de respeito individual e coletivo, pensamento crítico e autônomo, certamente auxiliarão no momento da tomada de decisão nos acontecimentos processuais do trabalho docente. Dessa forma, é importante que o professor construa sua formação com o exercício da reflexão sobre a realidade em que está inserido e perceba a importância em valorizá-la, defendendo os valores essencialmente humanos e ajudando às novas gerações a estabelecer relações harmônicas entre o homem e o ambiente.

Assim, é importante ter em mente que a realidade do campo amazônico é heterogênea, ou seja, mesmo sendo classificada como única, dentro de sua própria singularidade há a presença de diferentes sujeitos. Então, como pode ocorrer a construção de um currículo de educação igual para todos, com um “um tipo” fixo de identidade docente, pautado em um perfil baseado em avaliações externas? É necessário que haja efetivamente uma verificação de conhecimento e desenvolvimento de atividades que contribuam para que o próprio indivíduo perceba-se presente e ativo em sua comunidade.

CAPÍTULO II - CAMINHAR DA PESQUISA

As reflexões acerca do objeto de estudo deste trabalho que trata do processo de formação de professores desenvolvido dentro de uma RDS, se deram a partir de discussões, sobre a formação de professores para atuação na educação básica no contexto amazônico, iniciadas para mim no grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores para a Educação em Ciências na Amazônia-GEPEC, e associadamente ao trabalho de iniciação científica desenvolvido em 2018 sob o título “EDUCAÇÃO, AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO”, onde, a partir de pesquisa bibliográfica foi possível conhecer os conceitos de ambiente, sustentabilidade e áreas de conservação, além de compreender a importância dessa tríade na discussão da formação de professores e na construção curricular de um curso superior para essas áreas.

Neste caminhar, fui tendo acesso à discussão da construção da proposta pedagógica do curso de Pedagogia do Campo que me mobilizou para esta pesquisa que tem como **objetivo geral**: Compreender o trajeto e a contribuição do curso de Pedagogia do Campo para o desenvolvimento sustentável de uma Unidade de Conservação na possibilidade de produção curricular nele presente e como **Objetivos Específicos**: a) Identificar os fundamentos teóricos de ambiente e sustentabilidade e sua relação com a educação em áreas protegidas; b) Descrever o processo de construção do curso de Pedagogia do Campo/UEA em uma Unidade de Conservação; c) Analisar como a formação de professores na perspectiva da Educação do Campo pode contribuir como possibilidade de desenvolvimento ambiental sustentável da reserva através de sua construção curricular.

Na construção metodológica da pesquisa utilizamos como fundamento a pesquisa qualitativa, com uso da pesquisa bibliográfica envolvendo notícias publicadas em veículos de comunicação, livros e artigos. Também utilizamos da pesquisa de campo através de entrevista com a Presidente da Comissão de elaboração da proposta do curso de Pedagogia do Campo e Líder do grupo de pesquisa – GEPEC e que hoje é a atual coordenadora do curso.

2.1- A pesquisa qualitativa

Uma pesquisa pode enveredar-se por vários caminhos, problematiza e vai à busca de respostas ao problema proposto de forma objetiva. Compreendemos que o ato de pesquisar dá novas possibilidades de interpretação e oportuniza a descoberta de novos caminhos. Neste sentido a pesquisa qualitativa apresenta-se como uma possibilidade que vai para além do quantitativo e da fixidez de uma resposta.

Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

E nesse caminhar em busca de algo que vá para além dos aspectos numéricos, optou-se então pela pesquisa com caráter qualitativo, pois se tratando das particularidades da Educação do Campo no contexto Amazônico, torna-se mais coerente ressaltar aspectos relevantes do movimento cultural que ocorre dentro e com as populações desse contexto, caminhando, refletindo e analisando a formação de professores por entre as florestas e mais especificamente em uma área protegida em que estão presentes comunidades com seus valores, crenças e aspirações. E ater-se às questões quantitativas limitaria a pesquisa em seu objeto, pois a mesma objetiva tratar a natureza subjetiva dos fatos, onde os dados nem sempre podem ser colhidos através de números ou ferramentas estatísticas. Dessa maneira, concordando com Minayo (2009, p.21):

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Com isso, a presente pesquisa buscou compreender as dinâmicas da elaboração da proposta curricular do curso de Pedagogia do Campo oferecido pela Universidade do Estado do Amazonas em Carauari em uma unidade de conservação onde várias comunidades e sujeitos se encontram na construção curricular do curso.

Dessa maneira, na construção dos dados da pesquisa, como estratégias metodológicas, utilizamos leituras, fichamentos de obras, artigos e textos, bem como do PPC do curso. Também utilizamos entrevista com a Coordenação do curso.

Fizemos uso da entrevista semi-estruturada, que foi realizada através do aplicativo Google Meet, no dia 17 de Setembro de 2020. Para Minayo (2009, p.64), as entrevistas podem ser consideradas conversas com finalidade e se caracterizam pela sua forma de organização. Podem ser classificadas em:

(a) Sondagem de opinião, no caso de serem elaboradas mediante um questionário totalmente estruturado, no qual a escolha do informante está condicionada a dar respostas a perguntas formuladas pelo investigador; (b) *semi-estruturada*, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada; (c) *aberta ou em profundidade*, em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões; (d) *focalizada*, quando se destina a esclarecer a pena um determinado problema.

Buscamos articular nosso estudo a partir dos fundamentos teóricos desenvolvidos no Programa de Iniciação Científica- PAIC e agregá-los ao estudo da proposta curricular do curso de Pedagogia do Campo na reserva de Uacari no município de Carauari.

2.2- Conhecendo a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari - Município de Carauari

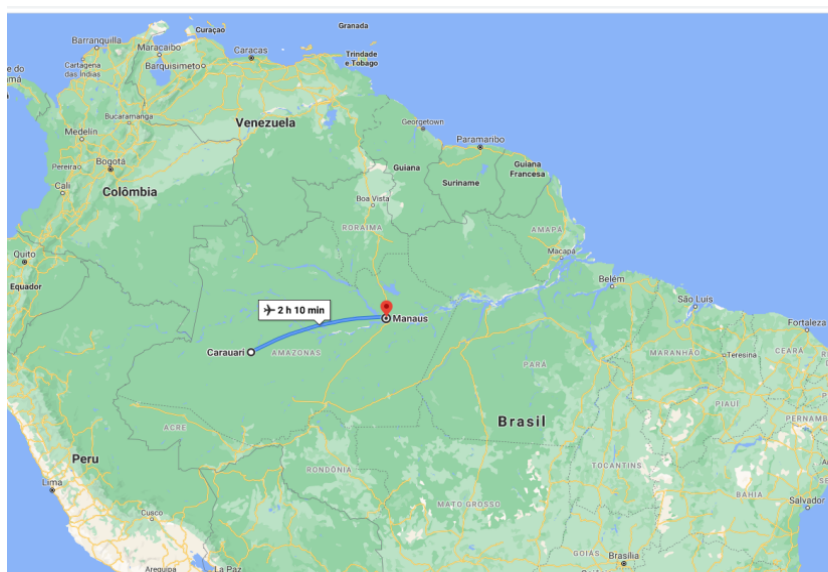
Localizada à margem esquerda do médio Vale do rio Juruá e distante 780 km por via aérea, em linha reta, da capital Manaus, a cidade de Carauari faz fronteira com os municípios de Juruá, Jutai, Itamarati, Tefé e Tapuá.

A palavra Carauari, é originária da língua geral ou nheengatu. A palavra é composta por “Cará” variedade de tubérculo comestível; e “Uari”, verbo cair. Carauari, assim vem a ser uma variedade de trepadeira que produz tubérculos nos ramos, onde se desenvolvem, amadurecem e depois caem. Esses tubérculos são muito conhecidos pelo nome “Cará do Céu”. A polpa do cará do céu é de sabor adocicado, dando à mastigação uma impressão de uma substância arenosa. Fonte: Prefeitura de Carauari. Disponível em <https://www.carauari.am.gov.br>

O clima na cidade é tipicamente tropical (Equatorial Quente e úmido) tendo suas estações divididas entre verão, de julho e novembro, e inverno de dezembro a junho.

Economicamente a cidade é tradicionalmente extrativista. Destacou-se na história pela grande exploração da borracha que até a década de 70 foi a principal fonte econômica. Com a decadência do látex e a chegada da Petrobras⁶, para a exploração de gás e óleo na Bacia do Solimões, a cidade passou pela transição da exploração da borracha para o gás, aumentando a perspectiva de desenvolvimento econômico local. Contudo, a descoberta de petróleo no município de Coari, fez com que a Petrobras mudasse o foco dos investimentos e abandonasse a Infra-estrutura em Carauari.

Figura 1 - Localização de Carauari e sua distância em relação à Manaus.



Fonte: Google Maps.

Em 2005, com o intuito de preservar a natureza, o governador do Amazonas criou a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari, assegurando as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos de qualidade de vida e exploração de recursos naturais das populações tradicionais, conservando e aperfeiçoando as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidos pela população

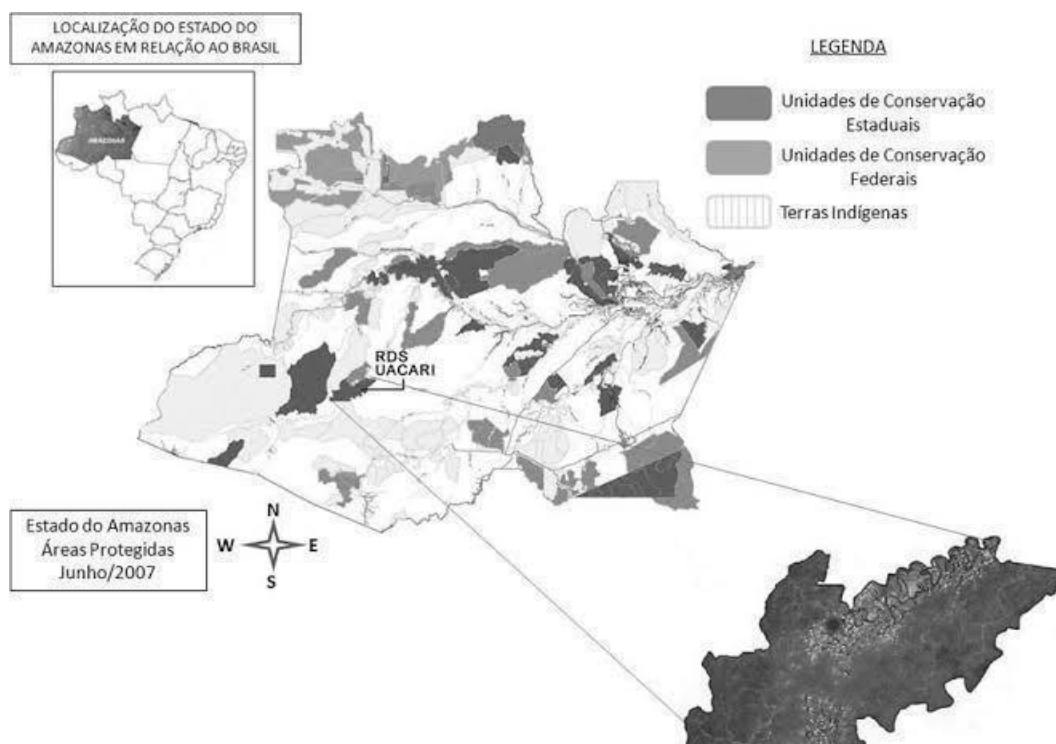
⁶ Petrobras: Sociedade anônima de capital aberto que atua de forma integrada e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia. Está presente nos segmentos de exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás, química e bicombustíveis. Fonte: <https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>.

tradicional, dentre outros. Segundo dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística - IBGE⁷ (2020), a RDS possui área aproximada de 632.949.023 hectares.

Atualmente, conforme dados do IBGE, o município possui uma população estimada de 28.508 mil habitantes em uma área total que compreende 25.778.658 km².

Na figura abaixo se pode visualizar a localização da RDS em meio às unidades de conservação federais, estaduais e terras indígenas.

Figura 2- Localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari – AM.



Fonte: Laboratório de geoprocessamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – SDS, adaptado por Rosival Barros em junho 2009.

Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de UACARI, de acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas SDS (2007), há um total de 29 comunidades habitando a reserva, com grande potencial extrativista (borracha, óleo de castanha da andiroba) e pesqueiro. Há também grandes populações de jacarés, configurando uma opção de manejo, assim como numerosos

⁷ IBGE -Se constitui no principal provedor de dados e informações do País, atende segmentos da sociedade civil, bem como os órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

tabuleiros de quelônios a serem monitorados, visto o intenso uso dos bichos de casco para consumo e comercialização, ou seja, há uma diversidade específica daquela região que deve ser valorizada no dia a dia de seus moradores em todos os aspectos, inclusive o educacional.

O acesso a essa RDS é feito via aérea no trecho Manaus/Carauari, e depois por via fluvial até a reserva⁸, onde há uma base de apoio - centro de treinamento na comunidade do Rio Bauana.

Conforme mencionado no capítulo I, no Brasil, as diretrizes básicas de criação e gestão de unidades de Conservação - UC's, são determinadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), lei promulgada em 18 de julho de 2000, que representou grandes avanços à criação e gestão das UC nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), possibilitando uma visão de conjunto das áreas naturais a serem preservadas, além de estabelecer mecanismos que regulamentam a participação da sociedade na gestão das UC, potencializando a relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente.

Assim, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari, atende os pré-requisitos presentes no SNUC para ser catalogada com tal:

Unidades de Uso Sustentável 1. Reserva de Desenvolvimento Sustentável: área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. Permite visitação pública e pesquisa científica. (SNUC - LEI 9.985/2000).

A Comunidade do Bauana faz parte das 29 comunidades que integram a RDS de Uacari. Possui um Núcleo de Conservação e Sustentabilidade (NCS), onde em parceria com diversas instituições, regularmente são ministrados cursos de acordo com a demanda da própria comunidade. O Núcleo do Bauana tem como mantenedores as empresas HRT Oil & Gas, Natura, Coca-Cola do Brasil e Videolar. Em sua grande maioria os programas contam com a parceria da Fundação Amazonas Sustentável-FAS⁹.

⁸ O acesso a Reserva A RDS Uacari, distante 634 km de Manaus, também pode ser feito somente por barco, a viagem dura o equivalente a três dias partindo da capital amazonense. Fonte: <https://fas-amazonas.org/>.

⁹Fundação Amazonas Sustentável/FAS-é uma organização brasileira não governamental, sem fins lucrativos, criada em 8 de fevereiro de 2008, pelo Banco Bradesco em parceria com o Governo do Estado do Amazonas. Posteriormente, passou a contar com o apoio da Coca-Cola Brasil (2009), do

A partir desse momento começamos a compreender a força que o movimento da comunidade exerce diante ao poder público, para negociar através do diálogo e acordos pré- estabelecidos, a solicitação de um curso superior em Pedagogia do Campo que atendesse essa demanda.

2.3 - O trajeto e construção da proposta do Curso de Pedagogia do Campo/UEA

2.3.1 - A UEA as experiências com a Educação do Campo

Na busca em fazer um breve histórico sobre a trajetória da Universidade do Estado do Amazonas em relação a Educação do Campo, elencamos algumas experiências vivenciadas ao longo dos anos por um grupo de pesquisa e de professores que vem legitimando e contribuindo na discussão sobre a importância da Educação do Campo no estado do Amazonas.

A) A experiência com o PRONERA

O PRONERA foi criado em 1998 por meio da Portaria 10/98, vinculado ao gabinete do Ministério Extraordinário da Política Fundiária, com o objetivo de suprir a demanda de analfabetismo entre os beneficiários dos Programas de Reforma Agrária, com educação voltada inicialmente para jovens e adultos. A partir de 2001 o projeto integra a pasta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado em 1999 no governo de Fernando Henrique Cardoso, que assume a execução do programa. Basicamente o Pronera é a expressão do compromisso firmado entre o Governo Federal, as instituições de ensino, os movimentos sociais, sindicatos e trabalhadores/as rurais, governos estaduais e municipais, considerando a diversidade dos atores sociais envolvidos no processo de luta por terra e educação no país.

Fundo Amazônia (2010) e da Samsung (2010), além de outras parcerias em programas e projetos desenvolvidos.

Esse programa representa a vitória quanto às lutas dos movimentos sociais diante as autoridades do país, em dispor a ampliação dos níveis de escolarização formal em áreas do campo que Segundo Silva (2010), fortaleceu o mundo rural como território da vida coletiva e suas dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais e éticas, além de executar políticas de educação em todos os níveis da Reforma Agrária¹⁰.

Dessa forma, tem como objetivos permitir o acesso a populações camponesas hoje focadas na figura dos assentados da reforma agrária, jovens e adultos beneficiários da reforma agrária e também do programa nacional do crédito fundiário, além das demais famílias cadastradas como quilombolas, extrativistas e ribeirinhos.

Na UEA, entre 2004 e 2008 o PRONERA foi desenvolvido em parceria com o Estado de Roraima, em assentamentos.

A primeira experiência foi o curso Normal Superior ofertado de forma modular no período de 2004 a 2008 na perspectiva da Educação do Campo, intitulado “Formação de Professores para o Ensino Fundamental em Áreas de Reforma Agrária”, nos Estados de Roraima e Amazonas, por meio do Convênio UEA/INCRA/PRONERA (2003), firmado entre UEA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.(Projeto Pedagógico do curso de licenciatura de Pedagogia do Campo - Maués 2018)

Foram formados pelo programa, cerca de 200 alunos, vindos das demandas dos Movimentos Sociais do Estado do Amazonas (AM) e Roraima (RR), agricultores, filhos de agricultores e moradores da região.

B) Curso de Pedagogia do Campo no GEPEC

A segunda experiência, com a formação de professores, foi a elaboração do Curso de Pedagogia do Campo que desde 2015, através da comissão formada pelo curso de Pedagogia regular, está ligada ao grupo de pesquisa em formação de professores e ensino de ciências – GEPEC.

¹⁰ Reforma Agrária - é o termo utilizado para designar a **redistribuição fundiária** (agrária ou de terras) em um Estado. Quando há concentração de terras nas mãos de uma ou poucas pessoas, temos a formação dos latifúndios (grandes propriedades de terra que, por sua extensão, não são devidas e completamente exploradas). Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>.

Inicialmente o curso foi pensado para atender a demanda da comunidade de Carauari, mas de acordo com a Coordenadora, *“não foi possível realizar naquele momento porque não houve recurso e nem relações de parceria”*. Com isso surgiu a demanda no município de Maués onde desde 2018 o curso está acontecendo.

A demanda de Maués foi uma demanda interna da própria UEA, dessa forma o mesmo projeto que vinha inicialmente pensado nessa lógica específica no contexto de Carauari, foi revisto e reorganizado no contexto de Maués. (COORDENADORA).

Com isso, no ano de 2020 a turma de Maués está cursando o 4º Período, enquanto a turma de Carauari, concluiu o Primeiro Período.

C) O curso de Pedagogia do Campo em Carauari

O curso de Pedagogia do Campo na Universidade do Estado do Amazonas em Carauari foi uma demanda dos movimentos sociais através do Fórum do Território do Médio Juruá¹¹, no Município de Carauari, Através do ofício nº 064/2015 - enviado pela Fundação Amazonas Sustentável- FAS e posteriormente tornou-se objeto do processo nº 2015/00013005 dentro da Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Essa solicitação requeria a elaboração de uma proposta curricular de formação de professores para comunidades ribeirinhas. Para Sachs, (2004 p. 62),

O empoderamento das comunidades e a abertura de espaços para a democracia direta constituem a chave para as políticas de desenvolvimento e pressagiam um novo paradigma de economias mistas que funcionam mediante o diálogo, as negociações e os vínculos contratuais entre os atores do desenvolvimento. Não há dúvida de que as iniciativas partidas de baixo terão cada vez mais importância.

¹¹**Juruá** - é um município brasileiro do interior do estado do Amazonas. O vocábulo Juruá vem de Iuruá, que significa em guarani rio de boca larga. A história do município prende-se à de Tefé e de Carauari. Em fins do século XVII é fundada a aldeia de Tefé, que após a expulsão dos espanhóis e consolidação definitiva do domínio português sobre a região, transforma-se em sede de um município de 500.000 km². Em 1710, após a expulsão dos missionários espanhóis, efetuou-se o reconhecimento do Juruá. Através da Lei Estadual n. 96, de 19.12.1955, é criado o município de Juruá, com o território desmembrado do município de Carauari, que fora levada então a categoria de cidade. Sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 15 106 habitantes em 2020. Fonte: IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/juruá/historico>.

Concordando com Arroyo (2017, p.29) que, evidencia que essa busca e o envolvimento do coletivo foi o que possibilitou ao longo do tempo a visibilidade de sujeitos sociais invisibilizados:

[...] tornaram afirmativas no campo, quilombolas, indígenas, povos da floresta, movimento feminista, negro, de orientação sexual, pró-teto, moradia, pró-escola/ universidade... Sujeitos sociais invisibilizados, apenas destinados de programas sociais compensatórios e de políticas educativa se mostrando presentes, visíveis, resistentes [...] são os movimentos populares por escolas, as mães reivindicando a escolinha para seus (suas) filhos (as) crianças ou os jovens e adultos exigindo cursos de EJA. É o movimento docente, para a educação. Às escolas e às universidades chegarem outros educandos trazendo outras indagações para o pensar e fazer pedagógico.

E para compreender a demanda solicitada pela própria comunidade em relação à formação de professores que atuarão da educação infantil aos anos iniciais da educação básica, iniciou-se o estudo da elaboração da construção curricular do curso de licenciatura em Pedagogia do Campo para Carauari, pois de acordo com Sachs (2004, p.81):

Todos os cidadãos devem ter acesso, em igualdade de condições [...] o conjunto da população também deveria ter igual oportunidade de acesso a serviços públicos, tais como educação, proteção, saúde e moradia.

Essa solicitação foi enviada ao colegiado do curso de Pedagogia regular da Escola Normal Superior/UEA para análise e formação de comissão de professores da área que discutiram a possibilidade da proposta a ser construída pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores para a Educação em Ciências na Amazônia-GEPEC. A proposta passou por dois anos em sua elaboração com discussões e estudos sobre os fundamentos e operacionalização.

Dessa maneira, conforme explica a Coordenadora, o objetivo da criação do curso foi atender a uma demanda específica do contexto rural amazônico:

“O Objetivo da criação do curso era justamente atender a uma demanda específica que eram os contextos rurais das comunidades tradicionais, essa realidade que é uma realidade de atendimento do campo da educação do campo. O nosso interesse de constituir uma proposta de curso diferente, uma proposta que tivesse uma identidade voltada para a educação do campo, considerando o nosso campo, nosso contexto amazônico. Nós elaboramos um projeto que tem uma identidade própria. Ele é um curso novo, ele foi elaborado, a comissão trabalhou quase 2 (dois) anos, passou por instâncias colegiadas, e ele ainda está em processo de mudança, Porque todo curso é assim, vai se avaliando, corrigindo e avançando.” (COORDENADORA).

Após articulações com parceiros e levantamento de dados para avaliar a implantação do curso na RDS, finalmente no ano de 2019 foi lançado o edital para a formação da primeira turma, através de seleção pública (vestibular), ofertadas 55 vagas.

Atualmente, o curso, após elaboração e aprovação junto às instâncias superiores da UEA está sendo oferecido nos Municípios de Maués e Carauari, com 40 alunos aprovados em Maués e 50 alunos aprovados em Carauari.

Assim, a solicitação, que fora enviada a UEA em 2015, passa a ser atendida pela universidade, mas também com parceria com a Prefeitura de Carauari, CAPES e outros parceiros, iniciando assim um novo marco do entendimento das dinâmicas da Pedagogia do Campo vivenciadas no complexo contexto Amazônico que perpassa pelo contexto de águas e florestas, como é o caso de Carauari que já cursou em 2019 o 1º período com a toda dinâmica já relatada.

CAPÍTULO III – A PEDAGOGIA DO CAMPO NO CONTEXTO AMAZÔNICO E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA RDS

3.1 – Fundamentos e bases da Educação do Campo e sua relação com o curso de Pedagogia do Campo/Carauari/UEA

Escrever sobre a Pedagogia do Campo no contexto Amazônico implica, inicialmente em compreender, através da história, o surgimento da Educação do Campo no Brasil, as lutas de movimentos de pessoas engajadas com a causa, para chegarmos ao contexto da realidade Amazônica em sua diversidade e relacioná-la a importância de uma educação que prime pelos fundamentos e princípios de emancipação.

A trajetória da Educação do Campo no Brasil é marcada por lutas de movimentos conduzidos por sujeitos do campo que buscam a concretização de uma educação básica no contexto em que estão inseridos. A Constituição Federal de 1988

foi uma grande vitória para esses movimentos, pois em seu artigo 205 garante educação como um direito para todos.

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal de 1988, Seção I Da Educação. Art.205).

Porém essa realidade de direito à educação garantida pela Constituição mostra-se nebulosa quando tratamos de educação do Campo, pois ainda nos dias de hoje, o pensamento do ensino no Campo como algo provisório, conciliado ao ritmo de vida do cotidiano rural, em que de fato há uma dinâmica mais lenta, mas não desqualificada que o da cidade contribui para o fortalecimento de um pensamento coletivo que desmerece as qualidades e singularidades do potencial que cada região possui.

Arroyo, Caldart e Molina (2011) afirmam que a escola, no meio rural, foi tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços ocorridos nas duas últimas décadas como o reconhecimento e a garantia do direito à educação básica.

Ou seja, o Brasil mesmo sendo um país de economia agrária desde os primórdios da colonização até os dias atuais, perpetua ao longo da história um descaso do poder público em relação ao sujeito camponês, que com o suor de seu trabalho braçal, busca suprir com dignidade as necessidades de sua família e comunidades. De acordo com Arroyo, Caldart e Molina (2011, p.14),

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo.

Perceber a Educação do Campo como provisória é condecorar uma educação descontextualizada da realidade vivida e com isso desmotivar, além de não gerar perspectivas e curiosidade aos seus espectadores. Sendo a curiosidade, por sua vez, tão importante, senão fundamental, para a produção de novos saberes. E de acordo com Sachs (2004, p.27),

Na medida em que as desigualdades morais resultam da organização social, elas só podem ser superadas mediante atos de voluntarismo responsável - políticas públicas que promovam a necessária transformação institucional e ações afirmativas em favor dos segmentos mais fracos e silenciosos da nação, a maioria trabalhadora desprovida de oportunidades de trabalho e meios de vidas decentes, e condenada a desperdiçar a vida na luta diária pela sobrevivência.

Quando cito os “*segmentos mais fracos e silenciosos da nação*”, entendo direcionar o olhar aos camponeses do contexto Amazônico, não de modo pejorativo, mas que se entenda que essa parcela da comunidade também possui direitos, apesar de viverem contextualmente em uma realidade diversa da vivida pela comunidade da capital. Esses sujeitos, que por vezes possuem seus direitos violados, seja por dificuldade de acesso às suas comunidades, seja pelo descaso do poder público.

De acordo com a Coordenadora, os espaços e sujeitos aos quais o curso de Pedagogia do Campo da RDS de Carauari foi direcionado são:

[...] “Pensamos a Educação do Campo no espaço ribeirinho, no espaço indígena, no espaço extrativista, no espaço que é um pouco diferente dos outros Estados. Então quem é esse público? São Pessoas, estudantes de comunidades tradicionais, da realidade local.” (COORDENADORA, 2020).

Dessa maneira, abordar sobre a educação e as dinâmicas na realidade Amazônica é inicialmente entender que seu contexto educacional está inserido na modalidade de Educação do Campo. De acordo com a Resolução CNE/CEB nº1, de 3 de abril de 2002, que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Essa modalidade vem definida como:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (Resolução CNE/CEB nº1, de 3 de abril de 2002, pág.4).

Partindo disso, contextualizar assuntos como a formação de professores, práticas metodológicas, epistemologia, dentre outros, na região Amazônica, tem sua complexidade aumentada, pois sendo considerada uma região una e múltipla, com uma diversidade também complexa, requer um grande esforço para compreensão de algumas singularidades, principalmente quando não se está inserido nessa realidade. A

Coordenadora explica que a educação do campo no contexto Amazônico é diferente pois,

[...] “o nosso campo são as águas e as florestas, nós pensamos na educação do campo no espaço ribeirinho, no espaço indígena, no espaço extrativista, no espaço que é um pouco diferente dos outros Estados. O objetivo para a criação do curso foi pensando em que nós pudéssemos realizar uma proposta que tivesse o objetivo de atender essa formação para esse sujeito para essa realidade local, comunidades tradicionais. Além disso, temos a questão do distanciamento. E para que esses estudantes tenham acesso, o estudo é feito em módulos. Não teria como fazer diferente. E com o auxílio de vários parceiros (Prefeitura, FAS, Movimentos locais, o convênio fechado com a CAPES que é um convênio no setor de educação a distância), o barco da prefeitura passa pegando os alunos em todas as comunidades e leva para o local, lá eles se organizam e vão ficar morando durante dois meses, então ficam hospedados, morando lá, porque não tem como sair. É um realidade única, específica e muito complexa nessa questão geográfica, a prefeitura passa, recolhe nas comunidades e eles veem e ficam lá isolados durante dois meses, que é mais ou menos o período das seis disciplinas do período, ou seja, termina uma disciplina e começa outra e eles não saem de lá porque não tem como se deslocar, não tem recurso, é muita despesa de diesel para ir com o barco. Dessa forma a prefeitura se responsabiliza em buscar e deixar no final.” (COORDENADORA, 2020).

Com isso, podemos dizer que no contexto Amazônico inúmeros são os aspectos que singularizam as diferentes identidades de seus povos. Uma das primeiras singularidades está relacionada aos rios que banham essa região. A relação das águas com os povos é extremamente valorizada, pois é a principal via de transporte e acesso a regiões próximas e distantes, mas também meio de sustento e em muitos casos os rios ditam a dinâmica de vida por onde passam. Por esse motivo é comum o calendário escolar ser baseado em seus movimentos de subida e descida dos rios.

Outra singularidade importante está relacionada à ideia de sustentabilidade. Já destacamos o quanto é necessário repensar a relação homem natureza, buscando soluções para lidar com os efeitos nocivos da globalização e dos padrões de consumo impostos pelo modo de produção capitalista. E o que se torna um entrave para essa empreitada é a ausência de políticas públicas que estabelecem muitas vezes total dependência de comunidades ribeirinhas com outras lógicas de organização, dificultando a vida de seus moradores no momento em que precisam resolver questões burocráticas, ora pela distância a ser percorrida, ora pela falta de reconhecimento do direito a essas populações de terem seus problemas resolvidos.

Também na lista de singularidades está à questão do contexto que engloba todas as outras singularidades, que é justamente viver em uma área de conservação, respeitar o tempo de regeneração e das próprias estações da natureza, a exemplo

novamente o calendário escolar que respeita a movimentação dos rios ou ainda o período do defeso¹², dentre outros.

Então, quando citamos no primeiro capítulo o autor, Paulo Freire (1980), que afirma que é preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos, adaptadas ao fim que se persegue, pretendemos dizer que é exatamente isso que o curso de Pedagogia do Campo oferecido pela UEA na RDS em Carauari propõe: uma proposta nova, que vai de encontro com as necessidades dos sujeitos do campo amazônico, que de acordo com a Coordenadora, o Projeto Pedagógico do Curso é um projeto novo.

[...] “e sendo ele novo existe uma perspectiva de construção de um currículo que vai sendo revisto, corrigido. Dessa forma esse currículo não é igual aos outros, são disciplinas diferentes, ementas diferentes e são processos muito diferentes por conta da própria realidade, que tem como referência a realidade desse sujeito.” (COORDENADORA,2020).

Para Coelho Filho (2012, p. 30), a formação:

É um processo que precisa de atitudes que redimensionem a práxis epistemológica dos sujeitos em seu processo formativo. É um constante movimento teórico-prático de aprender a aprender, melhor dizendo, é um exercício de constante ruptura e adequação aos avanços que a ciência e a tecnologia proporcionam aos partícipes da sociedade, dentre os quais estão os professores em formação inicial [...]

De acordo com a Coordenadora o movimento teórico-prático realizado pelos docentes dentro do curso é desafiador, pois além de toda a questão de logística o curso ainda propõe que o professor elabore o seu próprio material:

[...] “no nosso caso, os professores que foram selecionados darão a aula lá no local e além de dar a aula e ficar morando lá junto com os alunos, dentro da comunidade. Tem a questão de que irão produzir o material da disciplina, então tem uma especificidade, porque lá exige que o professor produza o material, um e-book, por disciplina. No final do período serão produzidos ao total 6 livros”. (COORDENADORA, 2020).

¹² Período do Defeso - Atualmente, o calendário do defeso compreende o período de 15 de novembro a 15 de março. Nessa época, quando acontece a reprodução dos peixes, é proibida a pesca do pirarucu, tambaqui, matrinxã, pirapitinga, sardinha, pacu, aruanã e mapará para garantir sua reprodução estoque na natureza. Fonte: Site do Governo do Estado do Amazonas em <http://www.amazonas.am.gov.br>.

Nesse sentido, Arroyo, Caldart e Molina (2011) apontam que a escolaridade rural deve ter como objetivo principal proporcionar conhecimentos, cidadania e continuidade cultural. A escola, ao ser levada ao campo, depara-se com as mais diversificadas formas de processos produtivos, culturas heterogêneas, sujeitos diferenciados, com valores e aspirações próprias.

Torna-se desafiador pautar sobre o respeito aos diversos povos e culturas inseridos nesse contexto, exigindo do docente que atuará na RDS uma sensibilidade muito grande à causa do campo, além da difícil logística que outros programas também se deparam, exige também uma ruptura de pensamento padronizado, e a partir disso, pensar na elaboração de um plano diferenciado de ensino que contemple e valorize a realidade local; sugerindo a quebra do paradigma de uma visão ultrapassada de que a educação do campo deve ser algo provisório ou de baixa qualidade quando comparada a educação do perímetro urbano, garantindo a possibilidade, a esse sujeito, de uma educação libertadora. Sobre isso a coordenadora, dá um exemplo concreto quando explica que,

[...] “entre um curso que a exigência é menor do ponto de vista da produção, até das condições de ficar no local, algumas pessoas vão fazer a opção por outra realidade, não por essa. Porque lá exige que o professor produza o material, e-book, por disciplina. No final do período 6 livros. Eu da comissão estou me envolvendo com os professores para a produção, a tarefa não é simples e aí tem a questão da produção, tem a questão do deslocamento, porque a pessoa vai de avião para Carauari e se desloca de barco, é um trajeto demorado e perigoso, eu já fiz várias vezes sei que ele não é um trajeto simples e aí tem a questão de que você fica lá com os alunos, não tem luxo é um ambiente muito simples. Para algumas pessoas que se identificam com essa lógica é tranquilo, mas não é todo mundo que se identifica.” (COORDENADORA, 2020).

Em sua obra, *Educação como prática da liberdade*, Paulo Freire (1967, p.43) afirma que o homem moderno está imerso nessa realidade do pronto e acabado, acomodando-se, coisificando-se:

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se.

A crítica contida aqui está em perceber que ao longo dos anos os sujeitos não buscam mais refletir sobre sua realidade, preferem aguardar o pronto e acabado, somente para reprodução, pouco importa saber o que realmente faz parte do seu ambiente ou o que lhe é imposto pela globalização. Perde-se a capacidade de discernir sobre o que realmente é importante para si e para o outro, e que pouco ou nada representa sua singularidade. Dessa forma de acordo segundo Paulo Freire (1967, p.43),

[...]a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo que ele mesmo é o fazedor.

Ou seja, a partir do momento em que o homem toma consciência de si, de sua voz diante dele próprio e dos outros e começa a dominar a própria realidade, torna-se dono da própria vida, autor de seus atos.

Dessa forma, pautar sobre a educação libertadora é defender a valorização da diversidade, contexto local, na valorização cultural e da expressão do próprio sujeito, resultado da transmissão de conhecimentos entre gerações, sem violentar a cadeia de contribuição e linha de pensamento dessa realidade, o que condiz exatamente com as diretrizes utilizadas como de base para a elaboração da Proposta Pedagógica do Curso de Pedagogia do Campo de Carauari.

Nesse processo formativo é importante que o professor que atuará da educação infantil aos anos iniciais da formação básica no campo amazônico tenha direito a formação adequada, que quebre o paradigma da cultura hegemônica e possa refletir sobre a realidade em que está inserido e tenha interesse em valorizá-la, chegando ao ponto de reparar os valores essencialmente humanos e ajudar as novas gerações a cultivar relações harmônicas entre o homem e a natureza. De acordo com Arroyo (2009, p.44)

A cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos. Daí que o modelo de educação básica queira impor para o campo currículos da escola urbana, saberes e valores urbanos, como se o campo e sua cultura pertencessem a um passado a ser esquecido e superado. Como se os valores, a cultura, o modo de vida, o homem e mulher do campo fossem uma espécie em extinção. Uma experiência humana sem mais sentido, a ser superada pela experiência urbano-industrial moderna. Daí que as políticas educacionais, os currículos são pensados para a cidade, para a produção industrial urbana, e apenas se lembram do campo quando se lembram de situações “anormais”, das minorias,

e recomendam adaptar as propostas, a escola, os currículos, os calendários a essas “anormalidades”. Não reconhecem a especificidade do campo [...]

A elaboração de um curso de nível superior para a formação de professores, garante novas possibilidades aos povos das regiões mais remotas da Amazônia, inicialmente cumprindo o objetivo em melhorar a qualidade da educação, contextualizando o currículo para melhor se adaptar a realidade de cada região, contribuindo assim, para a construção da identidade do educador (a) progressista, que de acordo com Paulo Freire (2000, p.44), é aquele que:

Não se permite a dúvida em torno do direito, de um lado, que os meninos e as meninas do povo têm de saber a mesma matemática, a mesma física, a mesma biologia que os meninos e as meninas das “zonas felizes” da cidade aprendem, mas, de outro, jamais aceita que o ensino de não importa qual conteúdo possa dar-se alheado da análise crítica de como funciona a sociedade.

Com isso, a partir do requerimento de solicitação até a implantação do curso em Carauari, foi possível evidenciar que houve uma movimentação e uma preocupação muito grande por parte da comissão formada para a elaboração da proposta desse curso, para garantir ao sujeito do campo amazônico a contextualização que ele demanda sequenciando e executando todo um processo burocrático para colocar posteriormente em prática em um movimento da própria Universidade e parcerias.

Dessa forma o Curso é fundamentado na Lei 9394/96-LDB que dispõe, dentre outros:

Artigo 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica; (...). Artigo 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II. elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; (...). Artigo 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: I. criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; II – fixar os currículos de seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; (Projeto Político do Curso Licenciatura Pedagogia do Campo, 2018 p. 29).

Com isso, no PPC do curso¹³ encontramos:

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo da Universidade do Estado do Amazonas, elaborado pela Escola Normal Superior (ENS), visa cumprir a finalidade institucional centrada no trinômio: ensino-pesquisa-extensão, com estratégias que respondam às necessidades da sociedade amazonense na busca de melhor qualificar seus recursos humanos, desenvolver suas potencialidades e garantir a qualidade de vida de seus cidadãos, em especial às populações do campo, que para nós são considerados as populações das águas e das florestas. (Projeto Pedagogia do curso Licenciatura de Pedagogia do Campo - Maués 2018, pág.29).

E para que seja possível cumprir a finalidade a qual o curso foi criado, seus objetivos são:

Objetivo geral: Promover uma formação teórico-prática respaldada nos princípios filosóficos e pedagógicos da educação do campo aos futuros pedagogos que irão atuar na docência da educação básica na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e em processos de gestão em espaços escolares e não escolares no contexto do campo. (Projeto Pedagogia do curso Licenciatura de Pedagogia do Campo - Maués 2018, pág.50)

E para que seja possível alcançar o objetivo geral, são delimitados cinco objetivos específicos que de acordo com o Projeto Pedagógico do curso (2018, p.50) são eles,

Objetivos Específicos: 1.Possibilitar a formação inicial em educação do campo para os profissionais que atuarão na docência da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. 2. Proporcionar experiências práticas fundamentadas nos princípios da educação do campo que envolvam um processo interdisciplinar no exercício do trabalho pedagógico. 3. Desenvolver no estágio curricular na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, observação, registro e análise da realidade do campo em espaços escolares e não escolares; 4.Trabalhar o processo de formação com pesquisa mediada pelo referencial teórico-prático da Pedagogia da Alternância com vistas ao desenvolvimento do TCC. 5.Possibilitar a compreensão de processos de organização do trabalho pedagógico na escola.

Então, a partir da elaboração desta proposta curricular, que de acordo com o PPC do Curso (2018), foi realizada através de trabalho do coletivo após comissão criada dentro da universidade, a proposta está alicerçada numa perspectiva teórico-prática, tendo como destaque o diálogo entre do Comitê Estadual da Educação do Campo, o Colegiado do Curso de Pedagogia e o em relação Câmara de Apoio ao Ensino de Graduação - CAEG, surge o Núcleo Docente Estruturante- NDE.

¹³ O PPC aqui mencionado se refere à proposta do curso no município de Maués onde também a UEA oferta o curso. Trata-se da mesma proposta que já fora aprovada nas instâncias deliberativas da UEA.

As estratégias e metodologias de trabalho utilizadas pela comissão consistiram em encontros semanais para discussão, análises de documentos e legislações, referenciais teóricos que fundamentaram a base conceitual do curso e proposições na elaboração da proposta, constituindo-se o Núcleo Docente Estruturante – NDE como propositor de um processo de reflexão de práticas formativas e de mobilização em favor de uma educação contextualizada na realidade amazônica, tendo como referência os princípios da Educação do Campo. (Projeto Pedagogia do curso Licenciatura de Pedagogia do Campo - Maués 2018, pág.41).

Outro ponto de referência para a elaboração do curso, está pautada na Resolução CNE/CEB nº1, de 3 de abril de 2002 que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação básica nas Escolas do Campo DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010 que Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Na Reforma Agrária- PRONERA, com o intuito de através das exigências pautadas nos documentos, garantir a efetiva colaboração na formação educacional do sujeito do campo amazônico.

É perceptível essa clara relação entre as diretrizes e a proposta de formação do Curso de Pedagogia do Campo/UEA, uma vez que a Resolução CNE/CEB nº1, de 3 de abril de 2002, “aponta que as propostas pedagógicas das escolas do campo, devem respeitar as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido na Lei 9.394, de 1996¹⁴”, e a partir do DECRETO nº7.352, de DE NOVEMBRO DE 2010 em seu Art.1º aponta que “a política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto”.

Ainda de acordo com o DECRETO nº7. 352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010, a partir do seu Art. 12, do qual trata especificamente do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, - PRONERA, é claramente possível evidenciar que o curso de Pedagogia do Campo de Carauari atende as dimensões voltadas para o contexto amazônico, quanto aos seus objetivos, público alvo, elaboração do material didático, além de toda a especificidade do campo contidas no documento.

Na parte de fundamentação Legal, no PPC do curso encontramos a sua fundamentação delineada a partir de:

¹⁴ Lei nº9.394, de 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nos artigos 23,26,28 são tratados especificamente as particularidades da Educação do Campo.

O curso foi delineada a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1, 03/04/2002); da Política Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (Decreto nº 7.352, 04/11/2010), visando contribuir para a formação de professores que estarão atuando na construção de uma escola pública e popular em nosso contexto amazônico. Fundamenta-se especialmente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, Resolução CNE/CP nº 01, de 15/05/2006 que fixam as Diretrizes curriculares para o curso de licenciatura em Pedagogia; Resolução do CNE/CP nº 02, de 02/07/2015, que define as Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior nos cursos de licenciatura, curso de formação pedagógica para graduados, cursos de segunda licenciatura e formação continuada e atende ao disposto nos artigos 12º, 13º e 53º da Lei nº 9.394/96, que permitem aos estabelecimentos de ensino formular suas propostas, respeitando as normas comuns do sistema de ensino e as diretrizes das políticas do Estado em criar cursos de educação com seus respectivos currículos e executá-los. (Projeto Pedagógico do curso de licenciatura de Pedagogia do Campo - Maués 2018, pág.53-54).

Com isso, podemos evidenciar que a formação docente proposta pelo curso de Pedagogia do Campo/UEA está condizente com os princípios e fundamentos da Educação do Campo e visa, em construção curricular, melhor atender a demanda daqueles espaços diferentes, com comunidades e sujeitos diferentes que interagem e se mobilizam por entre águas e florestas em busca do acesso a seus direitos.

3.2 - O curso de Pedagogia do Campo/Carauari e sua contribuição no desenvolvimento sustentável da RDS.

Com características próprias garantindo a contextualização do local, o currículo do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia do Campo fundamenta-se na Pedagogia da Alternância, que por sua vez, de acordo com Pacheco (2012) foi criada por camponeses na França em 1935, intitulada como Maison Familiale Rurale (MFR) ou Casa Familiar Rural, e veio a ser implantada no Brasil em 1969, no Espírito Santo.

De acordo com reportagem veiculada no site da Câmara dos Deputados em 08 de novembro de 2017,

[...] a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou nesta data a proposta que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9.394/96) para incluir expressamente a pedagogia da alternância entre as metodologias adequadas à clientela a educação do campo [...] com o objetivo de reduzir a evasão escolar e garantir ao jovem do campo uma educação que respeite as especificidades da sua região. No modelo implantado no Espírito Santo o aluno permanecia duas semanas na sede da escola em sistema de

internato e outras duas no meio em que vive. O texto aprovado é o Projeto de Lei 6498/16, do deputado Helder Salomão (PT-ES). (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Conforme Rouillier (1980 p.45 apud Pacheco 2012 p.3).

A autêntica alternância escola-trabalho não é uma simples justaposição destes dois elementos, mas supõe sua interação refletida: a escola se vê enriquecida pelo trabalho, e o trabalho pela escola. Esta concepção é sem dúvida o elemento característico dos sistemas pedagógicos baseados na alternância: uma concepção criadora.

Dessa forma, não tão diferente do cenário urbano, onde o aluno, muitas vezes precisa trabalhar e estudar para conseguir manter seu padrão básico de vida, o aluno do campo ainda enfrenta dificuldades logísticas, a exemplo: à distância, alojamento, permanência, alimentação, entre outros.

Quando questionada sobre as dificuldades enfrentadas para a implantação do curso a Coordenadora explica que,

Pela própria realidade já falada anteriormente as especificidades desse curso, desse sujeito e tudo que já abordamos até aqui, é muito natural que dificuldades deveriam existir e estão existindo e irão existir até o final do curso, porque é um desafio, essas pessoas saírem de suas comunidades, passarem dois meses para estudar, é um desafio administrarmos 50 pessoas, até mais de cinquenta pessoas, já que as vezes vão os filhos acompanhando, têm os professores, dentro de um espaço isolado em uma área de conservação ambiental que aí tem que ter todo o cuidado com a questão da saúde de acidente. Já era uma preocupação anterior, ainda mais com a pandemia as dificuldades são grandes.” (COORDENADORA, 2020).

Na Amazônia, o agravante da distância, e a locomoção (contabilizada em combustível) torna inviável a locomoção diária do aluno, fazendo com que a proposta da pedagogia da Alternância, que leva em conta a realidade do jovem do campo que precisa estudar e trabalhar, passa a ser a que mais se aproxima de um modelo pedagógico eficaz para as áreas de conservação na Amazônia, pois, de acordo com a pesquisadora e coordenadora do curso,

Esses estudantes do convênio em relação à parceria com a prefeitura são assistidos da seguinte forma: a prefeitura passa pegando os alunos em todas as comunidades, no barco da prefeitura que os leva para o local. Lá eles se organizam e vão ficar morando durante dois meses, então ficam hospedados lá morando lá, porque não tem como sair. Na verdade, isso é interessante colocar, pois pesquisei e não existe no Brasil nenhum curso com essa característica. Por exemplo, fora da nossa região, eles trabalham com a educação do campo, mas a educação do campo para eles é assim, vou dar um exemplo que

conheço mais que é a Paraíba; Exemplo: estou na Paraíba, em João Pessoa e vou para o campo na comunidade, levo duas, três horas, mas é tudo por estradas, são comunidades carentes mais todas por estrada. É outra realidade. Então no nosso caso, como a nossa realidade é uma realidade única, específica e muito complexa nessa questão geográfica, a prefeitura passa, recolhe nas comunidades e eles vêm e ficam lá isolados durante dois meses, que é mais ou menos o período das seis disciplinas do período, ou seja, termina uma disciplina e começa outra e eles não saem de lá porque não tem como se deslocar, não tem recurso, é muita despesa de diesel para ir com o barco. Dessa forma a prefeitura faz um acordo para levar e ir deixar no final. (COORDENADORA, 2020).

Com duração prevista de 4 (quatro) anos, a estrutura curricular do curso foi dividida em eixos de formação, e cada eixo possui uma tema gerador, que propõem atividades e interação como o conjunto de disciplinas curriculares. Ao final de cada etapa está previsto um seminário de Pesquisa em que se reúnem todas as produções de conhecimentos da etapa ou semestre cursado (conforme quadro abaixo) e novamente se discute a relação dessas produções com o tema gerador do período.

Em Caruaru o curso é considerado modular, semipresencial, com sua carga horária dividida em 80% de aulas presenciais e 20% com atividades mediadas no laboratório tecnológico, situado dentro do local da reserva onde o curso ocorre.

Os Estudos Integradores, nos quais os seminários de Pesquisa fazem parte, são composto por práticas de iniciação científica, expressão cultural e experiências pedagógicas, seminários de aprofundamento, dentre outras atividades que podem ser consideradas como complementares a formação do professor e são desenvolvidas em atividades de extensão durante cada semestre. Assim, no PPC encontramos,

A proposta do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo está dividida em eixos de formação seguindo os objetivos propostos em sua relação com o conjunto de disciplinas na estrutura curricular. Cada eixo está dividido em duas etapas ou semestres no período do ano letivo com tema gerador e objetivo distinto a serem desenvolvidos através das disciplinas. A cada término de cada etapa culminará em uma atividade denominada Seminários de Estudos Integradores, que reunirá a produção de conhecimento oriunda do direcionamento das disciplinas na etapa ou semestre cursado, a fim de atingir o objetivo proposto em cada eixo. Os Seminários de Estudos integradores terão os mesmos temas geradores de cada etapa e, metodologicamente, será desenvolvido a partir de uma proposta interdisciplinar mediada no planejamento coletivo com os professores das disciplinas correspondentes a cada etapa e que culminará ao final de cada semestre como atividade de extensão. (Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura de Pedagogia do Campo - Maués 2018 p.55)

Abaixo, podemos visualizar a Matriz Curricular do Curso e sua divisão por Semestre Letivo:

Matriz Curricular Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo Escola Normal Superior (ENS)	
1º SEMESTRE LETIVO TEMA GERADOR: O trabalho como princípio na construção das diferentes culturas do/no do Campo, das Águas e da Floresta.	
Sigla	Componentes Curriculares
	Ciência, Pesquisa na Formação de Educadores
	Filosofia da Educação
	Sociologia da Educação
	História da Educação
	Métodos e Técnicas na Produção de Conhecimentos
	Educação e Ambiente
Total do 1º Semestre Letivo	
Matriz Curricular Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo Escola Normal Superior (ENS)	
2º SEMESTRE TEMA GERADOR: O direito à Educação no/do Campo, das Águas e da Floresta.	
Sigla	Componentes Curriculares
	Antropologia e Educação do Campo
	Psicologia da Educação
	Política Educacional no Contexto amazônico
	Educação do Campo e Movimentos Sociais
	Docência em Espaços não Formais
	Estágio I: Espaços não Formais
Total do 2º Semestre Letivo	

2º ANO LETIVO	
EIXO 2: ESPAÇOS FORMATIVOS: SABERES E PRÁTICAS NO/DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA NO CONTEXTO AMAZÔNICO.	
Matriz Curricular Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo Escola Normal Superior (ENS)	
3º SEMESTRE LETIVO	
TEMA GERADOR: Escola e comunidade no/do campo, das Águas e da Floresta.	
Sigla	Componentes Curriculares
	Geografia e Potenciais Naturais no Contexto Amazônico
	Escola, Cultura e Sociedade
	Organizações e Educação Comunitária
	Processos Participativos de Pesquisa e Prática Pedagógica I
	Currículo na Educação Básica em Escolas no Contexto Amazônico
Total do 3º Semestre Letivo	
Matriz Curricular Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo Escola Normal Superior (ENS)	
4º SEMESTRE LETIVO	
TEMA GERADOR: Saberes tradicionais e práticas pedagógicas na escola do/no campo das águas e da floresta.	
Sigla	Componentes Curriculares
	Didática
	Planejamento de Ensino e Avaliação da Aprendizagem
	Docência em Classes Multisseriadas
	Psicologia Histórico-cultural
	Educação de Jovens e Adultos
	Estágio II: Conhecimento da Realidade Educacional nas Escolas
Total do 4º Semestre Letivo	

3º ANO LETIVO	
EIXO 3: PRÁTICAS DOCENTES DO/NO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA.	
Matriz Curricular Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo Escola Normal Superior (ENS)	
5º SEMESTRE LETIVO	
TEMA GERADOR: Educação infantil do/no campo, das águas e da floresta no contexto amazônico.	
Sigla	Componentes Curriculares
	Processos Participativos de Pesquisa e Prática Pedagógica II
	Criança e o Direito à Educação em Escolas no/do Campo no Contexto Amazônico
	Criança, Sociedade e Cultura no/do Campo no Contexto Amazônico
	Fundamentos da Educação Infantil em Escolas no/do Campo no Contexto Amazônico
	Lúdico e Educação
	Educação Especial e Inclusão em Escolas no/do Campo
	Estágio III: Educação Infantil
Total do 5º Semestre Letivo	
Matriz Curricular Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo Escola Normal Superior (ENS)	
6º SEMESTRE LETIVO	
TEMA GERADOR: As práticas docentes na construção do conhecimento nos anos iniciais nas escolas do/no campo, das águas e da floresta no contexto amazônico.	

Sigla	Componentes Curriculares
	Campo de Conhecimento de Pesquisa do Ensino da Língua Portuguesa
	Campo de Conhecimento de Pesquisa do Ensino de Artes
	Campo de Conhecimento de Pesquisa do Ensino da Matemática
	Campo de Conhecimento de Pesquisa do Ensino de Ciências
	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
Total do 6º Semestre Letivo	
4º ANO LETIVO	
EIXO 4: DOCÊNCIA COMO PRÁTICA POLÍTICA NO/DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA NO CONTEXTO AMAZÔNICO	
Matriz Curricular Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo Escola Normal Superior (ENS)	
7º SEMESTRE LETIVO: TEMA GERADOR: Docência como prática política no/do campo, das águas e da floresta no contexto amazônico.	
Sigla	Componentes Curriculares
	Campo de Conhecimento de Pesquisa do Ensino da Geografia
	Campo de Conhecimento de Pesquisa do Ensino da História
	Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão escolar
	Tecnologia e Educação
	Estágio IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Total do 7º Semestre Letivo	
Matriz Curricular Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo Escola Normal Superior (ENS)	
8º SEMESTRE LETIVO TEMA GERADOR: Docência como prática social do/no campo, das águas e da floresta no contexto amazônico.	

Sigla	Componentes Curriculares
	Formação de Professores: Tendências e Abordagens Atuais
	Educação, Economia Popular Solidária e Práticas Associativas
	Processos Participativos de Pesquisa e Prática Pedagógica III – TCC
Total do 8º Semestre Letivo	
Composição Curricular dos 08 Semestres Letivos	
Atividades Complementares	
Total da Composição Curricular	

Figura 3. Matriz Curricular Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo Escola Normal Superior (ENS) Fonte: PPC Pedagogia do Campo/UEA/2018.

De acordo com a Coordenadora, e conforme é possível notar na Matriz Curricular acima, as disciplinas estão divididas em eixos temáticos anuais, articulados de forma que a cada ano se tem um eixo central e a cada semestre um tema gerador, com seus objetivos específicos voltados para a realidade da formação docente, formando assim um currículo diferenciado. De acordo com a Coordenadora,

[...] é realmente um currículo diferenciado. Que tem como referência a realidade deles é importante abordar a própria matriz dos períodos. São 4 anos, e cada ano tem um eixo central, e cada semestre do ano tem um tema gerador, sendo essa uma característica específica do curso. Ao final são 8 temas geradores e os 4 eixos que orientam os anos letivos e a partir deles vamos organizando as disciplinas, os planejamentos. (COORDENADORA, 2020).

Porém, apesar de sua diferenciação, comparado ao currículo do curso Tradicional de Pedagogia da capital, existem algumas aproximações curriculares quanto às disciplinas de Estágio I, II e III, por exemplo, haja vista que a Universidade deve atender à Resolução CNE/CP nº1, de 15 de maio de 2006, e a resolução nº02, de julho de 2015, que dispõe sobre o estágio de estudantes, bem como as diretrizes nacionais de formação de professores para a educação básica bem como para o curso de Pedagogia.

Conforme o PPC do curso,

Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo da Universidade do Estado do Amazonas atende à Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, e a Resolução nº 02, de julho de 2015, e compreende uma carga horária de 420 (quatrocentas e vinte) horas, distribuídas a partir do

2º período. Atende também à Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. (Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura de Pedagogia do Campo - Maués 2018 p.73)

Aos alunos da Reserva de Desenvolvimento sustentável de Carauari, as atividades de estágio serão desenvolvidas nas escolas da comunidade local, na qual os mesmos estão inseridos, conforme apontado no PPC do curso,

As especificidades do Curso de Pedagogia do Campo definem-se a partir de seus sujeitos, estudantes moradores das comunidades atendidas pelo curso; as atividades de estágio serão desenvolvidas nas escolas da comunidade local onde os mesmos fazem parte. Nesse sentido, os estudantes farão seu estágio levando em consideração a análise da sua realidade e o acompanhamento dos estágios será feito por professores com formação e experiência necessária para o atendimento da especificidade da educação do/no campo, bem como formação e experiência em atividades de estágio. (Projeto Pedagógico do curso de licenciatura de Pedagogia do Campo - Maués 2018 p.74)

Após a efetivação de convênio com a CAPES, pelo Programa Universidade Aberta do Brasil, 20% da carga horária do curso é mediada por tecnologia através do uso de ambiente virtual de aprendizagem com suporte do Programa Pró- Inovalab da UEA. Além disso, há a versão da plataforma AVA/UEA, no intuito de atender por meio de um servidor web local os estudantes do curso, dando a eles acesso ao conteúdo disponibilizado pela universidade sem necessidade de acesso contínuo de internet.

De acordo com a Coordenadora o curso está funcionando, nos primeiros três períodos, na Comunidade de Bauana, onde funciona o RESEX - núcleo que é coordenado pela Fundação Amazonas Sustentável – FAS - porém não quer dizer que será feito todo lá, em algum momento ele vai ter atividades no núcleo da UEA em Carauari e também em outras comunidades, afirmou a coordenadora do curso.

De acordo com o Edital nº047/2019-FR/UEA, o processo de seleção dos alunos em caráter especial foi iniciado no período de 22 a 26 de abril de 2019, no Núcleo de Conservação e Sustentabilidade Pe. João Derick, Localizado na Comunidade de Bauana, da RDS de Uacari. O público alvo deste curso são os moradores das comunidades de Carauari, que possuam vínculo/atuação à movimento social ou entidade comunitária fornecida pela própria instituição. Foram ofertadas 55

vagas, sendo três reservadas para PcD's¹⁵ (Da pessoa com deficiência e do atendimento Diferenciado).

Conforme o PPC, o curso tem como intuito, formar profissionais que sejam aptos à docência na Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental e em processo de organização do trabalho pedagógico na escola. Que sejam capazes de investigar, diagnosticar, avaliar e propor ações em suas práticas profissionais no exercício do magistério das Escolas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no setor público e privado. Além da atuação na parte organizacional do trabalho pedagógico e gestão escolar.

Com isso, os candidatos inscritos foram selecionados através de prova de conhecimentos gerais, realizada em 12 de maio de 2019 e análise de documentação; aos candidatos PCD 's, a apresentação de laudo médico foi indispensável. Para os candidatos com atendimento diferenciado, foi previsto no edital que a prova seria realizada dentro das condições de viabilidade, não incluindo o atendimento domiciliar, uso de intérprete em Libras e elaboração da prova em Braille. Como critério de avaliação os candidatos que obtiveram melhor resultado na Prova de Conhecimentos gerais foram aprovados.

Já o processo de seleção dos professores, para o preenchimento das vagas para atuação na equipe de professores conteudistas e formadores do curso de licenciatura em Pedagogia do Campo, ocorre com ampla divulgação. O primeiro processo ocorreu através do edital nº63/2019-GR/UEA Seleção de professor para o curso de Pedagogia do Campo às comunidades tradicionais das unidades de conservação: RESEX Médio Juruá e RDS Uacari, no Município de Carauari-Am. As vagas foram destinadas a professores da própria instituição e também professores externos ou colaboradores de acordo com os critérios pré-estabelecidos no edital.

De acordo com a Coordenadora o processo seletivo para os professores também foi particular, pois teve características diferentes dos outros cursos, pois:

[...] “nós fizemos um edital valendo a seleção do primeiro e segundo semestre do curso, este edital foi amplamente divulgado e nós fizemos a seleção dos professores. Na seleção tivemos três professores de outro estado, um do Mato Grosso- Cuiabá e dois professores do Pará que estão fazendo Doutorado em


¹⁵ PcD's - a Lei Federal nº13.146/2015, que regulamenta internamente as disposições da Convenção da ONU, prevê em seu Art.2 Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Educação do Campo em Brasília, além dos professores locais que fizeram parte da seleção, e somente um professor da UEA. Quando fizemos o edital, o edital do Parfor já havia sido lançado antes, assim à maioria do pessoal já tinha se comprometido com o Parfor. Além disso, nosso curso tem uma questão que é diferenciada, por exemplo: no nosso caso os professores que foram selecionados, darão a aula lá in loco, além de dar a aula, ficarão instalados junto com os alunos, dentro da comunidade. Tem a questão de que irão produzir o material da disciplina, então tem uma especificidade. Então exemplo: entre um curso que a exigência é menor do ponto de vista da produção, até das condições de ficarem no local, algumas pessoas vão fazer a opção por outra realidade, não por essa. Para algumas pessoas que se identificam com essa lógica é tranquilo, mas não é todo mundo que se identifica. Tem a questão da produção, tem a questão do deslocamento, pois a pessoa vai de avião para Carauari e se desloca de barco, é um trajeto demorado e perigoso, eu já fiz várias vezes sei que ele não é um trajeto simples e aí tem a questão de que você fica lá com os alunos não tem luxo é um ambiente muito simples.” (COORDENADORA, 2020)

O processo de inscrição foi realizado no portal da própria Universidade, através do preenchimento do requerimento de inscrição e documentação comprobatória, tanto de formação quanto de experiências (em anos) na atuação docente superior. Uma particularidade em relação a vaga é a disponibilidade que o candidato deve apresentar para viajar, e permanecer no local do curso no tempo em que estiver aplicando a disciplina.

Com validade de 01 (um) ano, o processo seletivo ocorreu unicamente através da análise de documentos e exames de título. Abaixo, o quadro indica as datas do processo de seleção para professores:

Figura 4: Edital Cronograma Processo de Professores nº63/2019-GR/UEA.



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

ANEXO I - CRONOGRAMA

Divulgação/Publicação do Edital	16 de maio de 2019
Inscrições	13 a 18 de junho de 2019
Análise de documentos	19 a 20 de junho de 2019
Homologação das inscrições	21 de junho de 2019
Prazo de recurso da homologação das inscrições	22 a 23 de junho de 2019
Resposta dos recursos das inscrições	26 de junho de 2019
Resultado parcial	26 de junho de 2019
Recurso do resultado parcial	27 de junho de 2019
Resposta do resultado parcial	28 de junho de 2019
Homologação do resultado final	28 de junho de 2019

Fonte: Portal UEA. Disponível em: www.uea.edu.br.

Após o processo seletivo os professores passaram por um processo de formação de formadores, planejado pela coordenação do curso com estudos sobre os fundamentos e princípios da Educação do Campo, posteriormente houve o planejamento conjunto e individual das disciplinas, bem como o planejamento do Seminário de Pesquisa do semestre. As impressões passadas pela coordenadora foram positivas em relação aos professores selecionados bem como o grau de engajamento e entusiasmos em relação ao curso:

[...] ficamos muito felizes em ter três colegas de fora, pois isso representa uma valorização do curso. Tomaram conhecimento do edital, viram que é uma proposta diferente, nova que não tinha em nenhum lugar. Essa questão de dizer que não tem em nenhum lugar foi dita por um dos professores que está fazendo doutorado do campo, na reunião de planejamento que fizemos para integrar os professores, afirmando que se interessou porque pesquisou e não existe no Brasil uma experiência com essas características, sendo uma experiência nova, desafiante e quis participar, conhecer e se integrar. Tivemos uma semana para integrar os professores, para falar sobre a educação do campo, para socializar uma discussão para falar sobre os critérios de produção, tivemos toda uma preparação da nossa equipe. Reunimos as duas equipes, do primeiro e segundo semestre com todos os selecionados, fizemos tudo isso juntos. (COORDENADORA, 2020).

Conforme o PCC (2018, p.56), o curso será submetido à avaliação pelo ENADE¹⁶ e CEE-AM¹⁷, para construir o ato de reconhecimento do mesmo. Essa avaliação acontecerá através dos registros das ações no desenvolvimento curricular do curso.

Ao fazer esse levantamento de dados, é possível perceber que o desenvolvimento curricular do curso não é estático, ou seja, é dinâmico, está em constante construção e reavaliação, trazendo como objetivo a realidade do sujeito

¹⁶ ENADE - O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.

¹⁷ CEE/AM - Conselho Estadual de Educação do Amazonas. Com a Lei 4024/61, o Governo do Estado mediante o Decreto nº 17 de 03.03.1962 por meio da Assembléia Legislativa o denominou Conselho Estadual de Educação, responsável pela política estadual de educação, com atribuições: NORMATIVAS (gera Resoluções estabelecendo normas para o Sistema de Ensino); DELIBERATIVAS (orienta como fazer); e CONSULTIVA (atendimentos realizados ao público em geral sendo verbal ou através de documentos).

amazônico, seu contexto, sua cultura e potencial, respeitando todas as diretrizes vigentes que viabilizam burocraticamente a sua implantação. De acordo com o PPC,

[...] podemos salientar que existem elementos que contribuem na prática pedagógica docente que não provém apenas do contexto da sala de aula, mas das relações das demais pessoas das comunidades do campo. Dessa maneira, a abordagem curricular pode ser definida entre os sujeitos participantes do processo. O currículo a ser desenvolvido nos processos educativos e formativos articula-se com a linha ideológica definida pela comunidade e os saberes que estão na mesma linha de pensamento. A concepção de currículo apoiada na teoria crítica desenvolve uma formação do sujeito com base na identidade social, considerando os seus saberes no processo educativo, onde a discussão crítica da realidade e as relações sociais são determinantes nesse processo de construção. (Projeto Pedagógico do curso Licenciatura em Pedagogia do Campo - Maués. p.83).

Dessa forma o projeto apresenta detalhadamente os pontos para a construção de um currículo voltado para o campo amazônico, fortalecendo a voz e a luta dos movimentos sociais em prol da minoria. Enquanto a sua estrutura curricular garante a legítima personificação da figura do sujeito do campo Amazônico quando traz em seus eixos temáticos que abordamos pontos de reflexão sobre a própria realidade da formação docente.

Em relação ao processo de Seleção de professores, é realmente muito importante a presença dos professores da Universidade, mas para, além disso, a participação de docentes de outras regiões do país fortalece a valorização do curso, pois sendo uma proposta nova, provavelmente suscita interesses e incertezas quanto ao resultado do processo como um todo. De acordo com Coelho, Filho (2012, p.30)

No processo de formação, é natural profissionais enfrentarem dificuldades que muitas vezes as consideram algo distante e difícil de serem superadas. No entanto, qualquer profissional que deseja caminhar paralelamente aos avanços da ciência e da tecnologia precisa romper com as barreiras epistemológicas, precisa entender que essa formação é um processo complexo, e por ser complexo exige compromisso, responsabilidade e atitudes que ultrapassem o senso da trivialidade. É um processo que precisa de atitudes que redimensionem a práxis epistemológica dos sujeitos em seu processo formativo.

Além disso, há também o deslocamento do corpo organizador, dos docentes, enfim, um movimento de idas e vindas, na busca contínua em fortalecer a educação no contexto Amazônico rural.

Com isso, a partir da análise da proposta, foi possível conhecer a realidade da implantação do curso de Pedagogia do Campo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável em Carauari para além das questões burocráticas contidas nos documentos e no PCC, pois a partir de tal análise contendo as falas da coordenação do curso, a caracterização do sujeito amazônico, suas situações e particularidades em relação às dificuldades que esse sujeito enfrenta para garantir sua formação, nos revelam a importância das parcerias que garantem a eles o direito ao ensino, que por vezes lhe é negado.

Quando trazemos as aproximações teóricas de ambiente, sustentabilidade e áreas protegidas, nossa preocupação é fazer com que se inicie uma discussão sobre o modo de pensar do homem moderno em detrimento ao homem histórico, quando pensamos na lógica capitalista de consumo e exploração natural e com isso a reflexão sobre o distanciamento do homem e a natureza. Com isso o intuito é desvelar o homem moderno dessa realidade imposta e mobilizar a pensar novos modos de quebrar paradigmas, quebrar injustiças, principalmente quando tratamos do campo da educação no campo, da formação de professores no contexto Amazônico.

Após reconhecer as singularidades da educação do campo no contexto Amazônico, através do cenário descrito em relação às características da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari no Município de Carauari, as impressões que ficam é que a Reserva é um local isolado e de difícil acesso, onde os alunos também possuem dificuldades em acessar o local onde as disciplinas estão sendo realizadas, devido à distância das comunidades e outros fatores que são sanados com o auxílio das parcerias, porém se apresenta como um lugar de criação, de mobilização de movimentos das pessoas em prol do desenvolvimento daquele espaço, levando em consideração as suas características próprias e que as mudanças e melhorias venham das reivindicações e decisões das populações que habitam nas inúmeras comunidades que fazem parte da reserva.

Dessa forma, podemos pensar o curso de Pedagogia do Campo/UEA oferecido em Carauari, como uma perspectiva de possibilidade de transformação social. Pois a partir da análise de todo o processo de construção do curso foi percebida, novamente, a preocupação por parte dos envolvidos, em especial da comissão formada a partir do Grupo de Pesquisa GEPEC, quanto à elaboração de um projeto pedagógico do campo, que contemple uma matriz curricular que atenda realmente a demanda da comunidade, trazendo em seus eixos temáticos e seus objetivos específicos os assuntos de cunho

prioritário para dar caracterização a essa identidade, a esse sujeito Amazônico, sem fugir ou se abster às diretrizes e bases legais e os fundamentos teórico-epistemológicos que embasam a Educação do Campo.

Então, quando buscamos compreender a formação de professores no curso de Pedagogia do Campo em uma RDS e a possibilidade de desenvolvimento ambiental sustentável da reserva, chegamos à compreensão que o curso propõe uma identidade nova e diferente, que respeita à diversidade, a realidade e os diferentes contextos, sendo uma proposta direcionada para que esse discente consiga desenvolver as habilidades necessárias para atuar da educação infantil aos anos iniciais do ensino fundamental e que possa, posteriormente, assumir o papel de sujeito formador de opinião, pensador crítico que se engaje nos movimentos locais e contribua com os possíveis potenciais de desenvolvimento humano de sua comunidade.

Assim, propor uma educação para diferentes contextos, não é aplicar uma matriz curricular pré-moldada da capital, forma mecanizada aos alunos da Reserva, pois muito provavelmente essa matriz não atenderá as especificidades dessa realidade. Isso se torna bem evidente através da entrevista com a Coordenadora do curso, que a partir de sua fala, entoa a preocupação da constante avaliação e reavaliação desse currículo, pois o pré-molde é justamente o que não caracteriza esse curso, ou seja, seu currículo está em constante movimento teórico-prático, sempre em busca da melhor qualidade no ensino aprendizagem.

E todo esse movimento presente na produção curricular do curso de Pedagogia do Campo, certamente, contribuirá para o desenvolvimento da RDS, que no dizer de Sachs se faz “inclusante, sustentável e sustentado”.

CONCLUSÃO

Chegamos ao momento da conclusão dos entendimentos e reflexões acerca do estudo realizado, enfatizando que os pensamentos expressos não concluem realmente a discussão iniciada nesta pesquisa. É apenas um momento de cumprimento de exigências formais para encerrarmos provisoriamente o texto, visto a vasta possibilidade de olhares em relação ao tema proposto.

Consideramos que a trajetória percorrida para a elaboração desta pesquisa, trouxe visibilidade a valiosas informações sobre a realidade do sujeito do campo amazônico em seus contextos e realidades. Além da possibilidade de refletir sobre as singularidades e complexidades da nossa região Amazônica, tanto em relação a sua extensão territorial, a importância das águas dos rios que banham os municípios, as distâncias entre as comunidades, quanto às dinâmicas que precisam ser realizadas para que seja possível garantir o direito à educação a esses sujeitos.

Consideramos ainda de grande relevância, a contribuição na discussão sobre a formação de professores no contexto amazônico e sua relação com a Educação do Campo. Relação esta necessária na construção de propostas curriculares relacionadas aos povos amazônicos em especial aos povos e comunidades de áreas protegidas que precisam considerar em seus contextos a participação no desenvolvimento dessas áreas.

Por fim, todo esse processo me ajudou a amadurecer academicamente e entender que a pesquisa se constrói na caminhada da formação. Além do que, com as leituras desenvolvidas, me vejo como sujeito também do campo amazônico, pois estou me construindo profissionalmente dentro desse contexto.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ; Vozes, 2017.
- ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica (Org.) **Por uma educação do Campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo. **A educação Básica e movimento Social do Campo**. Brasília, DF ,2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf>. Acesso 15 nov. 2020.
- BARROS, Rosival. **Localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari** . Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-da-Reserva-de-Desenvolvimento-Sustentavel-Uacari-AM-Fonte_fig1_277029656. Acesso 05 out. 2020.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação**. In: COY, Martin e KOHLHEPP, Gerd (coord.). **Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais**. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1103-4.htm>> . Acesso 15 nov.2020.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade, o que é- o que não é**..4ª edição. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2015.
- BRASIL. Constituição. **Artigo 225 Capítulo VI Do meio Ambiente**. DF: Centro Gráfico, 1988.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 10 mar. 2020.
- BRASIL, Constituição. **Artigo 202 Da Educação**. DF: Centro Gráfico, 1988.. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_202_.asp . Acesso em 10 mar.2020.
- BRASIL Escola. **Reforma Agrária**. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em 27 nov. 2020.
- BRASIL. **Secretária-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos.Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso 25 nov.2020.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão inclui na LDB pedagogia da alternância para jovens do campo**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/524960-comissao-inclui-na-ldb-pedagogia-da-alternancia-para-jovens-do-campo/>. Acesso 20 out. 2020.
- COELHO FILHO, Mateus de Souza. **A Iniciação Científica de Professores em Formação Inicial do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas**, Pólo Parintins-AM. 2012... Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/2587/1/A%20inicia%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20de%20professores%20em%20forma%C3%A7%C3%A3o%20inicial%20do%20curso%20de%20pedagogia%20da%20Universidade%20do%20Estado%20do%20Amazonas%2C%20polo%20Parintins%20-%20Am.PDF>. Acesso 12 nov. 2020.
- CONSELHO Estadual de Educação do Amazonas. Disponível em: http://www.cee.am.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=181. Acesso 20 nov.2020.
- DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Na Reforma Agrária- PRONERA**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso 10 out.2020.

DIAS, Genebaldo freire. **Educação Ambiental Princípios e práticas**. 8ª edição, Editora: Gaia Ltda SP, 2003.

DIEGUES, Antônio. **O Mito moderno da Natureza Intocada**, 3ª Edição. NUPAUB São Paulo: 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **"Transamazônica"**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/transamazonica.htm>. Acesso 17 nov. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação Como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas a outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso 15 nov. 2020.

FUNDAÇÃO Amazonas Sustentável. Disponível em: <https://fas-amazonas.org/fas-e-uea-assinam-termo-de-parceria-voltado-para-educacao-em-comunidades-ribeirinhas>. Acesso em 04 abr. 2020.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Programa de Integração Nacional – PIN**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>. Acesso 10 Mar. 2018.

GADELHA, Lucinete. **Entrevista Semi-Estruturada com a Coordenadora do Curso de Pedagogia do Campo da Universidade do Estado do Amazonas**. Via Google Meet. 17 Set. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 6ª edição, Editora: Petrópolis, São Paulo, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOVERNO do Estado do Amazonas. **Curso de Pedagogia do Campo da UEA formará professores de comunidades ribeirinhas**. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2018/11/curso-de-pedagogia-do-campo-da-uea-formara-professores-de-comunidades-ribeirinhas/>. Acesso 23 mar. 2020.

GOVERNO do Estado do Amazonas. **Período do Defeso**. Disponível em <http://www.amazonas.am.gov.br>. acesso em 05 out. 2020 às 11:00.

GOOGLE MAPS. **Manaus- Carauari**. . Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em 12 Set. 2020.

G1. **Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo da UEA tem inscrições abertas até sexta**. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/04/25/curso-de-licenciatura-em-pedagogia-do-campo-da-uea-tem-inscricoes-abertas-ate-sexta-26.ghtml>. Acesso 30 mar. 2020.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura. Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação e realidade**, Porto Alegre, v.22, nº2, jul/dez. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso 25 nov. 2020.

IBGE. **Histórico de Carauari**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/carauari.html>>. Acesso 06 nov. 2020.

INFOPÉDIA, Dicionário do Porto. **Sedentarização e Primeiros Núcleos Urbanos**. Disponível em:

[https://www.infopedia.pt/\\$sedentarizacao-e-primeiros-nucleos-urbanos](https://www.infopedia.pt/$sedentarizacao-e-primeiros-nucleos-urbanos). Acesso 20 jan. 2020.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental, Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Editora Vozes. Petrópolis Rio de Janeiro. 2004.

MEDINA, N. M. **Relações históricas entre sociedade, ambiente e educação**. Pub. Esp. MEC, Brasília, 1996.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. MINISTÉRIO da Educação. **Enade- Inep**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade>>. Acesso em 20 nov.2020.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. **Biodiversidade Brasileira**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira.html>. Acesso 17.11.2020.

O que é o SNUC. Dicionário Ambiental. **((o))eco**, Rio de Janeiro, abr. 2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28223-o-que-e-o-snuc/>. Acesso em: 05 mar. 2020.

PACHECO, Luci Mary Duso. GRABOWSKI, Ana Paula Noro. **A pedagogia da Alternância e o enfrentamento das situações problemas no meio rural: A visão do egresso da casa familiar rural de Frederico Westphalen**. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1960/187>. Acesso 20 out. 2020.

PETROBRAS. **Perfil**. Disponível em: <https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>. Acesso 05 nov.2020.

PREFEITURA do Município de Carauari. Disponível em: <https://www.carauari.am.gov.br/>. Acesso 30 mar. 2020.

PROJETO Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do campo - Maués. Universidade do Estado do Amazonas, 2018.

ROSSETTO, Tania Regina. **Como Princípio a liberdade: apontamento e controvérsias na concepção pedagógica de Paulo Freire**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/ARTIGO/PERSPECTIVAS%20FILOSOFICAS/COMO%20PRINCIPIO%20A%20LIBERDADE%20APONTAMENTOS%20E%20CONTROVERSIAS.pdf>. Acesso 05 nov.2020.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Editora Garamond. Rio de Janeiro. 2004.

SNUC- Lei nº9.985, de 18 de Julho de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm#:~:text=LEI%20No%209.985%2C%20DE%2018%20DE%20JULHO%20DE%202000.&text=Regulamenta%20o%20art.,Natureza%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso 30 mar.2020.

SILVA, R. L. A literatura da educação do campo no Brasil Contemporâneo. Monografia. Curso de Pedagogia da UFRRJ. 2010. Disponível em <http://rlima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/297> . Acesso em 27 nov.2020.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Nomadismo. Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/nomadismo.htm>. Acesso 20 de mar. de 2020.

RESOLUÇÃO CNE/CEB nº1, de 3 de abril de 2002. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf>. Acesso em 15 nov. 2020.

SERVA, Leão. **Índios, as maiores vítimas da ditadura**. Folha de São Paulo 30.mar.2014. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2014/03/%C3%ADndios-as-maiores-v%C3%ADtimas-da-ditadura/>. Acesso:27 nov.2020.

UEA.Universidade do Estado do Amazonas. **Seleções e Concursos- Pedagogia do Campo - RESEX médio Juruá e RDS Uacari- Carauari-Am**. Disponível em: www.uea.edu.br. Acesso 30 out. 2020.

UNIDADES DE conservação do Brasil. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/4334>. Acesso 25 abr.l 2020.